



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 097

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 011/2003**

Data: 03 de novembro de 2003.

Súmula:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de setembro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme artigo 14 da Resolução 15, de 19 de junho de 1992, referente ao mês de setembro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.11.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE NOVEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho,

Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Alexandre Curi (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 036/2003

Curitiba, 11 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre indenização a ser paga por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, em decorrência de atos ou fatos ocorridos em efetivo exercício das respectivas funções, por integrantes dos quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado e aos das carreiras de agente penitenciário e de agente de execução, nas funções de educador social, alocados no Instituto de Ação Social do Paraná, nas unidades privativas de liberdade, conforme faixas de valores que especifica.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que busca fazer justiça e minorar problemas decorrentes de morte ou invalidez de servidores quando no exercício das funções que, com indiscutível risco de vida, são exercidas em unidades privativas de liberdade.

A adiante transcrita "exposição de motivos" que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência diz, com o devido detalhamento, quanto aos aspectos de necessidade, conveniência e oportunidade de que é revestida a medida:

"O Estado, no desempenho dos serviços públicos ligados à segurança, à prevenção, repressão de atividades criminosas e contravenções, bem como no exercício das competências inerentes ao sistema penitenciário, incluídas as medidas de recuperação dos menores infratores, atua por intermédio de seus agentes, expostos aos mais variados riscos à saúde, vida e integridade física. Estes servidores são, antes de tudo, pessoas dotadas de senti-

mentos, de família, de medos e outras características humanas.

O Governo do Estado do Paraná vem, ao longo do tempo, implantando ou incrementando vantagens aos seus servidores que nada mais são que uma forma de diminuir o sofrimento daqueles que, no exercício do dever, perderam a vida ou tornaram-na mais difícil em decorrência da invalidez permanente.

Exemplos dessas iniciativas são as gratificações por risco de vida e o pagamento de indenizações sob a forma de seguro, este último respaldado pela Lei nº 10.792, de 23 de maio de 1994, que autoriza a Administração Pública a contratar, mediante processo licitatório, um seguro coletivo para indenizar os integrantes dos Quadros da Polícia Civil e da Militar, por acidentes pessoais ocorridos no efetivo exercício de suas funções, com valores pré-estabelecidos.

Os quase dez anos de aplicabilidade desta lei, no entanto, demonstraram a viabilidade da criação de uma vantagem pecuniária, de caráter indenizatório, em substituição à contratação do seguro, uma vez que o valor pago a título de prêmio à seguradora contratada é mais oneroso para o erário público que a indenização direta.

O Governo do Estado do Paraná, sensível às dificuldades resultantes da invalidez permanente ou da morte de integrantes de determinados quadros de servidores e visando responder com maior eficiência à gerência responsável dos recursos públicos, propõe a criação de uma indenização, a ser paga diretamente ao agente inválido permanentemente ou à família do agente falecido em decorrência de situações ocorridas no exercício de atividades inerentes às suas funções.

Com fulcro nas mesmas razões de justiça e responsabilidade na gestão fiscal, o Governo do Estado do Paraná determinou, no texto do projeto de lei, os limites financeiros máximos da indenização proposta, entendendo pela possibilidade de instituir por decreto as normas relativas às suas modalidades, aos seus percentuais de acordo com a gravidade e limitação da invalidez permanente e às exigências para sua concessão, uma vez que estão condicionadas a planejamento prévio e existência de disponibilidade orçamentária de cada exercício financeiro.

O artigo 4º do projeto de lei em pauta prevê a vigência retroativa dos efeitos legais da indenização para a data de 31 de agosto último. A razão deste dispositivo é beneficiar os integrantes dos quadros e das carreiras apontadas no artigo 1º, desde o dia subsequente ao termo final do contrato de seguro coletivo, originário de procedimento licitatório autorizado pela Lei nº 10.792, de 23 de maio de 1994, assegurando, desta forma, o pagamento da indenização para os eventos ocorridos desde então.

A proposta eleva os limites de indenização hoje em vigor para R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) nos casos de invalidez permanente, total ou parcial e R\$100.000,00 (cem mil reais) para os casos de morte. Hoje estão previstos R\$8.211,00 (oito mil e duzentos e onze reais) para

invalidez total e R\$16.422,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e dois reais) para morte.

Com a modificação dos critérios e ampliação dos benefícios não se pretende compor os danos causados em tais circunstâncias, que têm valor inestimável em termos materiais, mas o Governo demonstra o apreço e importância dada aos serviços prestados por seus agentes nestas condições.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, em decorrência de atos ou fatos ocorridos em efetivo exercício de suas funções, por integrantes dos quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado e aos das carreiras de agente penitenciário e de agente de execução, nas funções de educador social, alocados no Instituto de Ação Social do Paraná, nas unidades privativas de liberdade.

Art. 2º - A indenização a que se refere o artigo anterior limitar-se-á aos valores máximos de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para os casos de invalidez permanente, total ou parcial, e de R\$100.000,00 (cem mil reais) para os casos de morte.

Art. 3º - O chefe do Poder Executivo, mediante decreto, instituirá as normas relativas às modalidades, aos percentuais e limites da indenização e às exigências para sua concessão.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir créditos adicionais, nos exercícios financeiros de 2003 e 2004, servindo como fontes de recursos, os constantes do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17/03/64.

Art. 5º - Esta lei terá sua vigência retroativa à data de 31 de agosto de 2003, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 10.792, de 23 de maio de 1994.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 037/2003

Curitiba, 11 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa do Estado, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo da Polícia Militar do paraná, em benefício dos Batalhões da Polícia Militar e Companhias Independentes da mesma Corpora-

ção, cuja prestação de contas será encaminhada ao Tribunal de Contas, pela via que específica.

A sistemática de utilização de Fundos Rotativos já, de longa data, vem sendo adotada conforme dispõe a Lei nº 10.050, de 16 de julho de 1992, de aplicação a estabelecimentos estaduais de ensino e unidades policiais civis, no atendimento de despesas de pequena monta, demonstrando a melhor alternativa para rápido atendimento a necessidades de pequenos reparos, material de consumo e a outras despesas de pronto pagamento.

Melhor expondo a conveniência e oportunidade de adoção da pretendida medida legal, é adiante transcrita justificativa apresentada pelo comando geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

“Para bem cumprir a missão de zelar pela integridade física e patrimonial do cidadão paranaense, a Polícia Militar criou a sua estrutura alicerçada em Batalhões e Companhias Independentes, distribuídos por todo o território estadual.

Notadamente esta estrutura necessita de recursos financeiros para executar suas atividades, as quais por inúmeras vezes, têm sua missão comprometida face não disporem de recursos necessários para fazer frente às despesas emergenciais.

Assim, este Comando Geral, houve por bem, propor a criação do Fundo Rotativo nos Batalhões e Companhias Independentes de Polícia Militar, de modo a evitar que haja o comprometimento das atividades inerentes a estes órgãos.

Para tanto, o FUMPM repassará até 30% de sua arrecadação ao Fundo Rotativo, os quais, serão distribuídos de acordo com as necessidades dos Batalhões e Companhias Independentes de Polícia Militar, devendo ser empregados em despesas de pequena monta, como: pequenos reparos, prestação de serviços e compras de materiais de consumo.

Com esta medida acredita-se obter uma redução dos custos de manutenção da máquina administrativa, garantindo a qualidade dos serviços prestados. Os recursos serão aplicados de imediato, segundo a necessidade local, propiciando facilidade no seu controle pela comunidade e pela administração pública.

Face ao exposto, solicita-se a criação de lei, instituindo o Fundo Rotativo nos Batalhões e nas Companhias Independentes de Polícia Militar, aos moldes da Lei nº 10.050, de 16 de junho de 1992, que criou os Fundos Rotativos nas Escolas e nas Delegacias Estaduais, os quais tão bem vêm sendo aplicados.

Concluindo-se, pretende-se, com a criação do Fundo Rotativo da Polícia Militar, a continuidade da prestação de bons serviços à comunidade paranaense, bem como a elevação dos níveis de segurança e tranquilidade pública, através da agilização administrativa”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo da Polícia Militar do Paraná em benefício dos Batalhões de Polícia Militar e Companhias Independentes de Polícia Militar, administrado pelo respectivo comandante, fiscalizado pelo Fundo de Modernização da Polícia Militar do Paraná e regido pela presente lei.

Art. 2º - A receita do Fundo Rotativo será composta pela transferência de até 30% (trinta por cento) dos recursos do Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM, destinadas à manutenção, pequenos reparos e aquisição de material de consumo e outros gastos correntes de cada Batalhão de Polícia Militar e Companhia Independente de Polícia Militar, conforme regulamento.

§ 1º - Fica vedada qualquer despesa com pessoal.

§ 2º - Fica vedada qualquer despesa com investimento.

Art. 3º - Os recursos do Fundo Rotativo serão mantidos em depósito em agência de banco oficial, em conta única e especial, e o resultado das aplicações financeiras reverterá como receita do próprio Fundo Rotativo.

Art. 4º - O administrador do fundo prestará contas dos recursos ao Fundo de Modernização da Polícia Militar, que analisará a execução da despesa e a encaminhará à Inspeção do Tribunal de Contas do Estado junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, de acordo com a lei.

Art. 5º - O chefe do Poder Executivo, por decreto, regulamentará a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 038/2003

Curitiba, 12 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o Conselho Estadual de Biossegurança- CEBio, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado à Governadoria do Estado.

A Lei nº 14.162, de 27 de outubro do corrente, aprovada pela Assembléia Legislativa deste Estado, que

veda o cultivo, a manipulação, a importação, a industrialização e a comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado do Paraná, entre outras providências, não obstante merecer os mais efusivos elogios por concretizar o princípio da precaução em território paranaense, continha inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, no que respeita à criação, composição e competências do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança.

O Conselho Técnico Estadual de Biossegurança foi concebido como um órgão colegiado que integra a estrutura da Administração Pública, cuja competência para dispor a respeito é exclusiva do chefe do Poder Executivo, conforme artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual.

Por este motivo, foram vetados os artigos 9º a 14, da Lei nº 14.162/2003.

O veto apostado ao inciso IV do artigo 6º teve por scopo evitar que a realização de pesquisas com organismos geneticamente modificados em território paranaense deixasse de guardar simetria com a normatização federal relativa ao licenciamento ambiental.

O presente anteprojeto tem, portanto, o objetivo de ratificar a iniciativa da Assembleia Legislativa no que respeita à criação de um órgão colegiado destinado a propor a política estadual de biossegurança, entre outras atribuições, e de afastar eventual discussão judicial acerca de vício de iniciativa de lei em matéria dessa natureza.

Por outro lado, é proposta uma nova composição do Conselho Estadual de Biossegurança, tendo em vista a necessária paridade que deve haver entre os representantes do Poder Público e os da sociedade civil.

A composição do Conselho de Biossegurança que ora se apresenta, tem por objetivo garantir maior representatividade ao Estado do Paraná, interessado imediato na fiel aplicação da lei.

Com relação ao descumprimento à legislação incidente, são propostas sanções proporcionais à gravidade das infrações cometidas.

Por fim, são propostas adequações de redação ao texto da Lei nº 14.162/2003, de modo a compatibilizá-lo com o projeto ora encaminhado.

Certo de que a medida ora proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Biossegurança - CEBio, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo vinculado à Governadoria do Estado, com as seguintes atribuições:

I - propor a Política Estadual de Biossegurança;

II - autorizar testes, experiências e outras atividades relacionadas à engenharia genética ou a organismos geneticamente modificados, observada a legislação aplicável;

III - publicar no Diário Oficial do Estado, previamente à análise, os extratos dos pleitos que lhe forem submetidos e, posteriormente, das decisões proferidas;

IV - manter cadastro atualizado de todas as instituições e profissionais que realizem atividades e projetos relacionados à engenharia genética e a organismos geneticamente modificados;

V - cobrar taxa para a avaliação de cadastros de organismos geneticamente modificados, respeitando o princípio da anualidade;

VI - fiscalizar o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança - CIBios, no âmbito de cada empresa ou instituição, previstos no Decreto Federal nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995 (alterado pelo Decreto Federal nº 2.577, de 30 de abril de 1998);

VIII - elaborar seu regimento interno.

Parágrafo Único - As decisões de CEBios terão natureza consultiva nas hipóteses em que deferirem os peritos que lhe forem submetidos, cabendo a decisão final ao Governador do Estado. Nas hipóteses de indeferimento, as decisões do CEBio terão natureza deliberativa.

Art. 2º - O CEBio, composto por 17 membros efetivos e 17 membros suplentes designados pelo Governador do Estado, será constituído por:

I - um membro efetivo e um suplente indicados pelo secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

II - um membro efetivo e um suplente indicados pelo secretário de Estado da Saúde;

III - um membro efetivo e um suplente indicados pelo secretário de Estado Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - um membro efetivo e um suplente indicados pelo secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V - um membro efetivo e um suplente indicados pelo secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

VI - um membro efetivo e um suplente indicados pelo secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul;

VII - um membro efetivo e um suplente indicados pelo secretário de Estado da Cultura;

VIII - um membro efetivo e um suplente indicados pelo Procurador-Geral do Estado;

IX - um membro efetivo e um suplente indicados pelo Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

X - um membro efetivo e um suplente indicados pelo Procurador-Geral da Justiça;

XI - um membro efetivo e um suplente indicados por instituições universitárias públicas de ensino superior do Estado;

XII - um membro efetivo e um suplente indicados por instituições universitárias privadas de ensino superior do Estado;

XIII - um membro efetivo e um suplente indicados por entidades legalmente constituídas de defesa do meio ambiente;

XIV - um membro efetivo e um suplente indicados por entidades legalmente constituídas de defesa da agricultura familiar;

XV - um membro efetivo e um suplente indicados pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais organizados;

XVI - um membro efetivo e um suplente indicados por entidades legalmente constituídas de defesa do consumidor;

XVII - um membro efetivo e um suplente indicados por entidades legalmente constituídas da área de bio-ética.

§ 1º - Os membros da CEBio serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades, de acordo com critérios de experiência e conhecimento comprovados nas áreas ambiental, de biossegurança, de saúde humana ou de controle vegetal e animal, alternativamente.

§ 2º - A indicação dos membros será feita no prazo de trinta dias (30) a contar da publicação desta lei, e será endereçada ao governador do Estado para a respectiva designação.

Art. 3º - O presidente do CEBio será nomeado pelo governador do Estado, cuja escolha recairá entre os secretários de Estado da Agricultura e do Abastecimento, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Saúde.

Art. 4º - As deliberações do CEBio serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, reservados ao presidente apenas o voto de qualidade.

Art. 5º - O mandato dos membros do CEBio será de três anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - A cada três anos a composição do CEBio será renovada, ao menos, em um terço de seus membros.

Art. 6º - O exercício das funções desenvolvidas pelos membros do CEBio não será remunerado, sendo considerado serviço relevante prestado ao Estado do Paraná que, por meio dos órgãos competentes, deverá apoiar o seu pleno funcionamento.

Art. 7º - O CEBio sempre que entender necessário, poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, técnicos especializados, não vinculados aos órgãos e entidades integrantes do conselho, para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos, cujas despesas serão

custeadas pelo Estado do Paraná, de acordo com disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 8º - O CEBio contará com uma secretaria executiva que proverá apoio técnico e administrativo, devendo o Estado criar, mediante lei específica, cargos públicos necessários ao efetivo cumprimento de suas funções.

Art. 9º - Considera-se infração administrativa toda a ação ou omissão que viole as normas previstas na Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003, e demais disposições legais pertinentes.

Parágrafo Único - As infrações administrativas serão punidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e pela Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as respectivas competências, com as seguintes sanções, proporcionais à sua gravidade, independentemente da adoção de medidas cautelares de embargo de atividades e de apreensão e suspensão de venda de organismos geneticamente modificados e derivados:

I - advertência;

II - multa diária a partir de 522,21 Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná (UDF-PR) ou outro indicador fiscal que vier substituí-la;

III - apreensão de organismos geneticamente modificados e de seus derivados;

IV - suspensão de venda de organismos geneticamente modificados e de seus derivados;

IV - embargo de atividade;

V - interdição total ou parcial do estabelecimento, atividade ou empreendimento;

VI - condenação de campos, viveiros, organismos geneticamente modificados e de seus derivados;

VII - destruição de organismos geneticamente modificados e de seus derivados, após a fluência de prazo estipulado pela autoridade administrativa para a sua retirada do território paranaense.

§ 1º - As multas serão aplicadas diariamente em caso de infração continuada, em dobro no caso de reincidência, e assim sucessivamente.

§ 2º - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º - Quando a infração constituir crime, contração, implicar lesão à Fazenda Pública ou ao consumidor, a autoridade administrativa representará junto aos órgãos competentes para a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 10 - A Casa Civil, as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento, da Saúde e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos indicam servidores de seus quadros para integrar a secretaria executiva do CEBio enquanto não for editada a lei de que trata o artigo 8º.

Art. 11 - O artigo 6º da Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Todas as empresas ou organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que se desenvolvam no Estado pesquisas, testes, experiências e outras atividades na área de biotecnologia e engenharia genética, envolvendo organismos geneticamente modificados, bem como os produtos advindos dessa tecnologia, deverão notificar o Conselho Estadual de Biossegurança - CEBio.

Parágrafo Único - A notificação de que trata este artigo será acompanhada pelos seguintes documentos:

(...)

IV - Licença ambiental do órgão ambiental competente.”

Art. 12 - O artigo 7º da Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - O descumprimento ao disposto no artigo anterior será fato impeditivo à comunidade das atividades ali descritas, devendo as autoridades administrativas competentes adotar as providências cabíveis.”

Art. 13 - O artigo 15 da Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Os recursos decorrentes da aplicação desta lei serão destinados ao Fundo Estadual de Meio Ambiente, que os destinará ao apoio às atividades voltadas à biossegurança, de acordo com plano de aplicação aprovado pelo CEBio.”

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 039/2003

Curitiba, 12 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, área de 100.456,28 m² (cem mil, quatrocentos e cinquenta e seus vírgula vinte e oito metros quadrados), de propriedade do Estado, conforme matrícula nº 25.328, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária e situada no lugar denominado “Capela Velha”, naquela municipalidade.

O plano de lei consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da comunidade, eis que, segundo disposições expressamente contidas, a Companhia de Habitação do Paraná utilizará tal área exclusivamente na construção de casas populares e, assim, atender anseios da população menos favorecida da região.

Por outro lado, é oportuno ressaltar que a medida ora proposta prende-se à necessidade de ser dado cumprimento a exigências e prazos estabelecidos pelos agentes financeiros que irão fornecer recursos para a execução das respectivas obras.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, situado no município de Araucária, no lugar denominado “Capela Velha”, com área total de 100.456,28 m², objeto da matrícula nº 25.328, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será doado à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar para ser utilizado exclusivamente na construção de casas populares, não podendo ter destinação diversa sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 040/2003

Curitiba, 12 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que consolida, aprimora e atualiza a legislação, hoje em vigor, pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais me foram apresentados pelo titular daquela Pasta, por intermédio de Ofício sob nº 355/2003/Sefa, contendo a justificativa adiante transcrita, onde ficam demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“O presente anteprojeto de lei do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, objetiva consolidar e aprimorar a legislação hoje em vigor.

Explícita detalhadamente o campo de incidência do tributo, bem como os casos de ocorrência do seu fato gerador e de quem é o seu sujeito passivo.

Aprimora a forma de apuração da base de cálculo, bem como, para maior transparência ao cidadão, esta passa a ser apresentada em reais.

Ficam mantidas as alíquotas e hipóteses de isenção do IPVA vigentes, sem qualquer alteração, incluindo-se no texto da lei as hipóteses de imunidade do tributo.

Em relação ao lançamento, estabelece que o mesmo dar-se-á por homologação ou de ofício, estatu-

indo a forma pela qual se dará o procedimento administrativo fiscal para a cobrança dos valores não pagos nas épocas próprias, assegurando ampla oportunidade de defesa ao sujeito passivo.

No tocante ao pagamento do imposto, em anos anteriores era previsto desconto de 15% para pagamento em cota única no mês de janeiro e desconto de 5% para pagamento em cota única no mês de fevereiro, admitindo-se o parcelamento em seis vezes, com a primeira parcela em fevereiro. Visto que o mês de janeiro é um período em que os cidadãos já se encontram assoborçados de contas a pagar, propõe-se que o desconto de 15% seja concedido para pagamento em cota única no mês de fevereiro, 5% de desconto para pagamento em cota única no mês de março, ou que o pagamento seja parcelado em cinco vezes, com a primeira parcela vencendo em março. Assim, o contribuinte é beneficiado, pois adia-se em um mês o início da cobrança do tributo e mantém-se o vencimento da última parcela para o mês de julho, para que não impacte com o início da cobrança do licenciamento anual a cargo do Detran/PR, que deve observar a legislação federal correspondente”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica estabelecido, através da presente lei, o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8.216, de 31 de dezembro de 1985, e mantido no âmbito de competência do Estado pelo art. 155, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.

Parágrafo Único - Para efeito da incidência do imposto, considera-se veículo automotor qualquer veículo terrestre, aéreo ou aquático, dotado de força motriz própria de qualquer tipo, ainda que complementar, destinado ao transporte de pessoas e coisas.

Capítulo I

Do Fato Gerador

Art. 2º - O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor e será devido anualmente.

§ 1º - Ocorre o fato gerador do imposto:

- a) na data da primeira aquisição de veículo automotor novo por consumidor final;
- b) na data do desembarço aduaneiro, em relação a veículo automotor importado do exterior por consumidor final, diretamente ou por meio de terceiros;

c) na data do arremate em leilão de veículo automotor que se encontrava ao abrigo do disposto no artigo 13;

d) na data da incorporação de veículo automotor ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador;

e) no primeiro dia de cada ano, em relação aos veículos automotores adquiridos em anos anteriores;

f) na data da emissão, pela empresa montadora, da nota fiscal relativa à saída de veículo automotor, cuja montagem, em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi, haja sido encomendada por consumidor final.

§ 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de veículo automotor usado:

a) que não se encontrava sujeito à tributação, na data em que se der o fato ensejador da perda da imunidade ou da isenção;

b) transferido de outra unidade federada, no primeiro dia do ano subsequente.

§ 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

a) novo, o veículo automotor sem uso, até a sua saída promovida por revendedor ou diretamente do fabricante ao consumidor final;

b) consumidor final, a pessoa física ou jurídica proprietária de veículo automotor destinado ao uso próprio ou em sua atividade empresarial.

§ 4º - O disposto na alínea “e” do parágrafo 1º deste artigo não se aplica a veículo automotor destinado à revenda cuja propriedade seja de fabricante, revendedor ou de importador e que nunca tenha pertencido a consumidor final.

§ 5º - Em relação a veículo automotor registrado, matriculado ou inscrito neste Estado, o imposto incide independentemente do local de domicílio do proprietário.

Capítulo II

Da Base de Cálculo

Art. 3º - A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor, observando-se:

I - no caso de veículo novo, o valor total constante do documento fiscal de aquisição, incluído o dos opcionais e acessórios;

II - quando se tratar de veículo importado não licenciado no país, o valor constante do documento de importação, convertido em moeda nacional pela mesma taxa cambial utilizada no cálculo dos tributos federais, acrescido dos valores dos tributos incidentes e despesas decorrentes da importação, ainda que não pagos;

III - no caso de arremate em leilão de veículo que se encontrava ao abrigo do disposto no artigo 13, o valor da arrematação acrescido dos tributos incidentes e das despesas debitadas ao arrematante;

IV - no caso de veículo incorporado ao ativo permanente do fabricante, revendedor ou importador, o valor

do custo de aquisição, constante do documento fiscal relativo à aquisição, ou de fabricação;

V - quando se tratar de veículo montado por encomenda de consumidor final, em local diverso de estabelecimento fabricante do chassis, o somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos à aquisição de partes e peças e aos serviços prestados, não podendo ser este somatório inferior ao valor médio de mercado;

VI - no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante de tabela de valores venais para cálculo do IPVA aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, ressalvado o contido nos parágrafos 7º e 8º deste artigo, observando-se:

a) em relação aos veículos aéreos, peso máximo de decolagem e ano de fabricação;

b) em relação aos veículos aquáticos, potência do motor, comprimento, tipo de casco e ano de fabricação;

c) em relação aos veículos terrestres, marca, modelo, espécie e ano de fabricação.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I a V deste artigo e da alínea "a" do parágrafo 2º do artigo 2º, a base de cálculo será calculada em 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, a partir da data da ocorrência do fato gerador do imposto.

§ 2º - No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão ou estelionato, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, caso o veículo venha a ser recuperado, o imposto do exercício em que ocorrer a recuperação será devido na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados a partir daquele em que tenha sido expedido o Auto de Entrega pelo órgão competente, na forma e prazo previstos em Instrução da Secretaria da Fazenda, ficando dispensada a cobrança do imposto relativo ao período em que o veículo esteve fora da posse direta do seu proprietário.

§ 4º - A tabela de que trata o inciso VI do *caput* deste artigo, indicará o valor da base de cálculo em moeda corrente, devendo ser publicada até o último dia do exercício anterior, para aplicação durante o exercício imediatamente seguinte ao de sua publicação.

§ 5º - Os veículos automotores cujo valor do imposto resultar em montante inferior ao equivalente a R\$50,00 (cinquenta reais), terão este valor como carga tributária mínima sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1º a 3º deste artigo.

§ 6º - Às aeronaves com mais de vinte anos de fabricação aplicar-se-á a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo.

§ 7º - Em relação aos veículos automotores não constantes na tabela a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo, a base de cálculo será o valor equivalente a 85% do valor da nota fiscal de aquisição.

§ 8º - Em sendo comprovada a incompatibilidade das especificações do veículo automotor, tendo-se em vista os dados cadastrais existentes no sistema, com a base de cálculo atribuída na forma do inciso VI do *caput* deste artigo, observado o disposto em Instrução da Secretaria da Fazenda, poderá ser adotado o valor:

a) de veículo similar, constante da tabela ou existente no mercado;

b) arbitrado pela autoridade administrativa, na hipótese de ser inviável a aplicação do disposto na alínea anterior.

§ 9º - É irrelevante para a determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado.

Capítulo III

Das Alíquotas

Art. 4º - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para:

a) ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR, ou cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - Sefa/PR, na categoria aluguel ou espécie carga;

b) veículos automotores destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse estas detenham em decorrência de contrato de arrendamento mercantil;

II - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no Detran/PR ou cadastrados na Sefa/PR.

Capítulo IV

Do Contribuinte e do Responsável

Art. 5º - Contribuinte do IPVA é a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor.

Parágrafo Único - Na hipótese de veículo automotor cedido pelo regime de arrendamento mercantil, contribuinte é a empresa arrendadora.

Art. 6º - São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido:

I - solidariamente:

a) o despachante que tenha promovido o despacho de registro e licenciamento do veículo automotor sem o pagamento do IPVA;

b) o leiloeiro, síndico, comissário, liquidante e o inventariante;

c) o adquirente de veículo automotor com alienação fiduciária ou com reserva de domínio;

d) o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

e) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo automotor, independentemente do local de domicílio do proprietário;

f) qualquer pessoa que tenha, em seu próprio nome, requerido o parcelamento de débito de IPVA;

II - as pessoas arroladas nas demais hipóteses previstas no Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único - O tributo pode ser exigido do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último sub-rogado nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.

Capítulo V

Do Cadastro e da Fiscalização

Art. 7º - A Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná poderá instituir, isolada ou em conjunto com outros órgãos públicos, federal ou estadual, o cadastro de proprietários de veículos automotores contribuintes do IPVA.

§ 1º - O cadastro de veículos será mantido atualizado:

I - pelo Detran/PR;

II - pela Sefa/PR, na forma estabelecida em Instrução da referida Secretaria, em relação às embarcações e aeronaves.

§ 2º - o Detran/PR não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, sem quitação integral do imposto devido nos exercícios anteriores e do exercício corrente.

§ 3º - É obrigatória a inscrição do contribuinte do IPVA nos órgãos responsáveis pela matrícula, inscrição ou registro de veículo aéreo, aquático ou terrestre, devendo os referidos órgãos fornecer à Sefa/PR os dados cadastrais relativos aos veículos e seus respectivos proprietários e possuidores a qualquer título.

§ 4º - No caso de transferência de propriedade de veículo automotor, o proprietário que estiver efetuando a transferência deverá comunicar o fato ao órgão responsável pela matrícula, inscrição ou registro do veículo.

Art. 8º - Compete à Sefa/PR, com auxílio do Detran/PR, da Polícia Militar do Estado e, na forma de convênio com a Polícia Rodoviária Federal e com os municípios, fiscalizar a execução desta lei.

Capítulo VI

Do Lançamento

Art. 9º - O lançamento do IPVA dar-se-á anualmente por homologação ou de ofício.

§ 1º - A autoridade administrativa procederá ao levantamento dos dados cadastrais relativos aos sujeitos passivos, proprietários de veículos automotores registrados, matriculados ou inscritos no Estado do Paraná, emitindo e enviando-lhes documento para instituir o

lançamento do IPVA por homologação e correspondente pagamento, o qual deverá conter a identificação do veículo automotor e a indicação da base de cálculo, alíquota e valor do tributo, bem como a forma e o prazo de pagamento

§ 2º - O sujeito passivo promoverá o pagamento do crédito tributário relativo ao IPVA, sujeito à homologação, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda, ficando extinto o crédito tributário correspondente, nos termos do artigo 156, VII, do Código Tributário Nacional.

§ 3º - O não pagamento do IPVA no prazo legal implicará lançamento de ofício com exigência de multa, correção monetária e juros de mora, nos termos desta lei, observado o contido no artigo 16.

Capítulo VII

Do Vencimento

Art. 10 - O IPVA terá seu vencimento na data da ocorrência do fato gerador de que trata o artigo 2º.

Capítulo VIII

Do Pagamento

Art. 11 - O IPVA deverá ser pago:

I - na hipótese da alínea “e” do parágrafo 1º do artigo 2º, sem acréscimos legais, nas datas fixadas em Instrução da Sefa/PR;

II - nas hipóteses das alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “f” do parágrafo 1º, e da alínea “a” do parágrafo 2º, ambos do artigo 2º, no prazo de até trinta dias da data da aquisição, do desembarço aduaneiro, da arrematação em leilão, da incorporação do veículo ao ativo permanente, da saída do veículo automotor montado sob encomenda do consumidor final em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi ou da perda da imunidade ou da isenção, respectivamente.

§ 1º - O local, a forma e o calendário de pagamento do IPVA, atendendo os prazos definidos nesta lei, serão fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda, devendo o recolhimento ser efetuado junto à rede bancária autorizada pela Sefa/PR.

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até cinco parcelas iguais, mensais e consecutivas, com eventuais arredondamentos monetários acrescidos na parcela inicial, sendo a primeira no mês de março e a última no mês de julho, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 3º - Para o pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de: a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

b) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de março, conforme calendário de

vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

c) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso II deste artigo.

§ 4º - Para os fins do disposto no parágrafo 2º:

a) a falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda do parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de atualização monetária, multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela;

b) vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral das mesmas nos prazos previstos, o saldo pendente de pagamento será acrescido de atualização monetária, juros e multa, cujo termo inicial para cálculo dos valores exigíveis retroagirá à data de vencimento da primeira parcela que deixou de ser integralmente quitada.

§ 5º - No caso de ocorrer pagamento indevido do IPVA:

a) o valor recolhido a maior poderá ser imputado em pagamento de outros débitos do IPVA do mesmo sujeito passivo, observado o contido em Instrução da Secretaria da Fazenda;

b) em havendo saldo remanescente, a restituição do indébito será feita a requerimento do contribuinte ou do responsável à autoridade fazendária, que procederá a devolução com correção monetária, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, tomando-se por termo inicial a data do pagamento indevido e por termo final a data do despacho que deferir a restituição.

Capítulo IX

Do Parcelamento

Art. 12 - No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solicitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º - O pedido de parcelamento implica reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 3º - O pedido de parcelamento deverá ser subscrito pelo solicitante, que se identificará devidamente.

§ 4º - Acarretará rescisão do parcelamento a falta de pagamento integral de três parcelas ou o decurso do prazo de três meses sem o pagamento integral de uma parcela.

§ 5º - Rescindido o parcelamento, o saldo do crédito tributário será inscrito em dívida ativa ou substituída

a certidão para início ou prosseguimento da cobrança executiva.

§ 6º - O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, à atualização monetária e a juros calculados sobre o saldo devedor.

Capítulo X

Da Não-Incidência e da Isenção

Art. 13 - O IPVA não incide sobre veículos de propriedade:

I - da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - das entidades a seguir relacionadas, desde que o veículo esteja vinculado com as suas finalidades essenciais ou com as delas decorrentes:

a) de autarquia ou fundação instituída e mantida pelo poder público;

b) de instituição de educação ou de assistência social;

c) de partido político, inclusive suas fundações;

d) de entidade sindical de trabalhador.

§ 1º - A não-incidência de que trata as alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II condiciona-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nelas referidas, sem prejuízo do contido no parágrafo 2º deste artigo:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º - A não-incidência de que trata a alínea “b” do inciso II condiciona-se à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social ou Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 3º - Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a não-incidência.

§ 4º - Instrução da Secretaria da Fazenda disporá sobre a forma de reconhecimento da não-incidência.

Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA, os veículos automotores:

I - terrestres que, em razão do tipo, a legislação específica proíba o tráfego em vias públicas;

II - de propriedade de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais, de caráter permanente, e de propriedade dos respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério das Relações Exteriores;

III - utilizados no transporte público de passageiros na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, ou cuja posse seja decorrente

de contrato de arrendamento mercantil, e por ele utilizado na sua atividade profissional;

IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por concessão pública;

V - construídos ou adaptados para permitir sua utilização por portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de conduzir veículos comuns, desde que recebam aprovação após vistoria realizada pelo Detran/PR;

VI - destinados, exclusivamente, ao transporte escolar, cuja propriedade ou posse decorrente de contrato de arrendamento mercantil seja de pessoa física ou prefeitura municipal;

VII - tipo embarcação, de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira;

VIII - apreendidos pelo Detran/PR, que venham a ser leiloados pelo próprio órgão;

IX - com mais de 20 anos de fabricação, excetuadas as aeronaves e embarcações.

§ 1º O benefício de que trata o inciso II fica condicionado à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada pelo Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º - Para fins de fruição do disposto:

a) nos incisos III e V, a isenção restringir-se-á, anualmente, a um veículo automotor por contribuinte;

b) no inciso VI, no caso de o beneficiário ser pessoa física, a isenção restringir-se-á, anualmente, a um veículo automotor por contribuinte.

§ 3º - Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a isenção.

§ 4º - O reconhecimento das isenções far-se-á na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.

Capítulo XI

Da Penalidade

Art. 15 - O infrator à legislação do IPVA fica sujeito à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido.

Parágrafo Único - A multa prevista no *caput* deste artigo:

I - será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte àquele em que tenha expirado o prazo de pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor imposto devido, por dia de atraso;

II - será aplicada sobre o valor do imposto monetariamente atualizado.

Capítulo XII

Do Processo Administrativo Fiscal

Art. 16 - O lançamento de ofício do imposto, pela Coordenação da Receita do Estado, será efetuado mediante a emissão de notificação fiscal ou auto de infração.

Art. 17 - A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, cujas folhas serão numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

I - Da Notificação Fiscal e do Auto de Infração

A formalização da exigência de crédito tributário dar-se-á mediante a emissão de notificação fiscal, efetuada por processo eletrônico, mediante publicação de edital no Diário Oficial do Estado, ou lavratura de auto de infração, por funcionário da Coordenação da Receita do Estado no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária, observando-se que:

a) a notificação fiscal e o auto de infração não deverão apresentar rasuras, entrelinhas ou emendas e neles descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo ainda conter:

1 - o local e a data da emissão;

2 - a identificação do sujeito passivo;

3 - o dispositivo e a penalidade aplicável;

4 - o valor do crédito tributário relativo ao IPVA, quando devido, demonstrado em relação a cada ano;

5 - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;

6 - a identificação funcional do auditor fiscal e sua assinatura, ficando esta dispensada no caso de lançamento emitido por processo eletrônico;

b) as eventuais falhas da notificação fiscal ou do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo;

c) a Sef/PR manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativo fiscais;

II - Intimação

a) a intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa, bem como da decisão de que trata o inciso VIII deste artigo, far-se-á:

1 - no caso de notificação fiscal, por publicação no Diário Oficial do Estado;

2 - no caso de auto infração, pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante ou preposto, de cópia do auto de infração exigindo-se recibo datado e assinado na via original, ou, alternativamente, por via postal ou telegráfica, com prova do recebimento, ou, alternativamente, por publicação única no Diário Oficial do Estado ou no jornal de maior circulação na região do domicílio do sujeito passivo.

b) considerar-se-á efetuado a intimação, dependendo do meio utilizado:

1 - trinta dias da publicação do edital;

2 - na data da ciência do intimado;

3 - na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, ou, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

III - Da Reclamação

Reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo sujeito, passivo, no prazo de trinta dias, a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada em repartição fiscal pelo sujeito passivo e nela este aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

b) sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do procedimento;

c) apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação;

IV - Contestação

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, para manifestação, no prazo de trinta dias, sobre as razões oferecidas pelo sujeito passivo, ao autor do procedimento ou, no caso de notificação fiscal, ao funcionário designado pela Delegacia Regional da Receita do domicílio tributário do sujeito passivo;

V - Diligências

O chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem consideradas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

VI - Parecer

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até quinze dias do recebimento, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

VII - Revisão de Notificação Fiscal e de Auto de Infração

Se, após a emissão da notificação fiscal ou do auto de infração e antes da decisão de 1º Instância, for verificado erro na capitulação da pena, existência de sujeito passivo solidário ou falta que resulte em agravamento da exigência, será emitida notificação fiscal ou auto de infração de revisão, do qual será intimado o autuado e o solidário, se for o caso, abrindo-se prazo de trinta dias para apresentação de reclamação;

VIII - Julgamento em Primeira Instância

O julgamento do processo, em primeira instância, compete ao diretor da Coordenação da Receita do Estado da Sef/PR, que poderá delegá-la, sendo que antes de proferir a decisão a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência de órgão jurídico da Coordenação da Receita ou da Procuradoria Fiscal do Estado;

IX - Dos Recursos para Segunda Instância

As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância, observando-se que:

a) os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são:

1 - de ofício, da decisão favorável ao sujeito passivo, desde que o montante atualizado do crédito tributá-

rio julgado improcedente seja superior ao valor equivalente a 100 (cem) Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPF/PR, do mês da emissão da notificação fiscal ou do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;

2 - ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão;

b) o recurso ordinário interposto intempestivamente antes da inscrição do crédito tributário correspondente em dívida ativa, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a preclusão;

c) o rito processual em segunda instância obedecerá às normas previstas em lei complementar;

X - Vista dos Autos

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao sujeito passivo o direito de vista dos autos na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo, e permitido o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado, lavrando o servidor termo com indicação das peças fornecidas;

XI - Decisões Finais

As decisões são finais e irrevogáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recursos ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que:

a) após decorrido o prazo para oferecimento de recursos, as decisões finais favoráveis ao Estado, serão executadas mediante intimação do sujeito passivo pela Coordenação da Receita do Estado, observado no que couber o disposto no inciso II deste artigo, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa;

b) o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista na alínea "a" deste inciso.

XII - Da Parte do Crédito Tributário Não Impugnado

Se o sujeito passivo concordar apenas parcialmente com a exigência ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada.

Capítulo XIII

Da Repartição da Receita

Art. 18 - A parcela do produto da arrecadação do IPVA pertencente:

I - ao Estado, será repassada pelo estabelecimento bancário na forma e prazo estabelecidos pela Sef/PR;

II - ao município do licenciamento, registro ou matrícula do veículo automotor, será creditada na forma da legislação federal relativa à matéria e dos convênios porventura firmados entre as prefeituras e a instituição financeira arrecadadora, deduzidas as importâncias correspondentes às devoluções de indébitos.

Capítulo XIV

Das Disposições Finais

Art. 19 - Fica o secretário da Fazenda autorizado a cancelar créditos tributários relativos ao IPVA cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$30,00 (trinta reais)

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhidas.

Art. 20 - Os créditos tributários relativos ao IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2003, expressos em UFIR ou FCA, inclusive atualização monetária e multa, serão convertidos em reais a partir da mencionada data, observados os índices vigentes nas datas dos respectivos exercícios dos fatos geradores.

Art. 21 - Aplicam-se ao IPVA os créditos e coeficientes previstos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - de atualização monetária, inclusive para fins de restituição de indébito;

II - de cobrança de juros de mora.

Art. 22 - Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2004, que constitui o Anexo Único desta Lei.

Art. 23 - Em relação aos veículos usados, o Detran/PR poderá enviar aviso ao sujeito passivo informando o valor do imposto devido e a data do vencimento, conjuntamente com o do licenciamento.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/247 e 272/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

315/2003 - do Tribunal de Justiça, que cria os cargos que especifica, no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça,

o qual foi convertido em Lei nº 14.194. **Anote-se. Archive-se**

136/2003 - de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe que preferencialmente será adotado sistema operacional aberto para a execução de programas de computador, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.195. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC/246/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 189/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/248/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, pelo simples fato de que o referido trecho rodoviário foi objeto de denominação conforme Lei nº 9.325, de 12 de julho de 1990. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/249/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 732/2003, do Sr. Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do Convênio com a Sociedade Rural de Toledo - SRT, no valor de R\$54.340,00 - do Ministério e R\$5.280,00 - Contrapartida, para apoiar a realização da Expotoledo//2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 721/2003 do Sr. Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do Convênio com a Prefeitura Municipal de São João do Caiuá-PR, no valor de R\$25.000,00 - do Ministério e R\$2.500,00 - Contrapartida, para apoiar a realização do 1º Encontro Técnico de Capacitação de Pessoal para produção de derivados da cana-de-açúcar. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 426/2003, do Sr. Renato da Silveira Martini - diretor-presidente do ITI, comunicando Convênio nº 04/2003, firmado com a Companhia de Informática do Paraná - Celepar, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para dar apoio institucional à realização da 1ª Conferência Internacional de Software Livre, a ser realizada na Cidade de Curitiba, nos dias 05 a 07 de novembro de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1400/2003, do Sr. Oto Luiz Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, no qual solicita autorização para que o presidente do Tribunal de Justiça atualize, anualmente, por Decreto Judiciário, o valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1401/2003, do Sr. Oto Luiz Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, no qual solicita autorização para que o presidente do Tribunal de Justiça atualize, anualmente, por Decreto Judiciário, o valor da Taxa Judiciária. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2241/2003, do Sr. Claudio Murilo Xavier - secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Natálio Stica, que pede esclarecimentos sobre capacitação de atendimento dos hospitais do Litoral, considerando a aproximação da temporada de verão. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 422/2003, do Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Natálio Stica, que pede esclarecimentos sobre construção de acostamento e ciclovia na Rodovia PR-142. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 851/2003, do Sr. Marco Antonio Lima Berberi, diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre Quadro Efetivo da PMPR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 403/2003, do Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Natálio Stica, que pede esclarecimentos sobre Rodovia que liga Guaratuba a Garuva- SC. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 731/2003, do senhor Newton Pohl Ribas, diretor-geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre notas fiscais referente à venda de matrizes e novilhas leiteiras. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob os nºs 1687, 1697, 700, 1700A e 1702/2003, do Sr. Padre Roque Zimmermann, secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que pede esclarecimentos sobre

Programa Leite das Crianças. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 734/2003, do Sr. Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre prestação de contas do município de Curitiba. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 940/2003, do Sr. Marco Antonio Lima Berberi - diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre Quadro Efetivo da Polícia Civil. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 1701/2003, do Sr. Padre Roque Zimmermann, secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Doutor Luciano, que pede esclarecimentos sobre programa de leite das crianças de Curitiba. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 125/2003

Ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná

O deputado que a presente subscreve dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Autoriza o Poder Executivo a criar, através da Sanepar, programa de limpeza de fossas sépticas, para população de baixa renda que resida em locais em que não haja serviço de esgoto.

2 - O serviço prestado será parcelado em 10 (dez) vezes sendo cobrado nas faturas de água e será executado a cada 02 (dois) anos, conforme planejamento prévio a ser realizado pela Sanepar.

3 - Ficam o Governo do Estado e a Sanepar autorizados a celebrar convênios e ou contratação de terceiros para a execução dos serviços de limpeza das fossas sépticas.

4 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para implantação do programa de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O tanque séptico, mais conhecido como fossa séptica vem sendo utilizado há mais de 100 anos como complemento a benfeitorias complementares a moradias. Foi a primeira unidade inventada para o tratamento de esgotos locais e até hoje é a mais extensivamente empregada. A manutenção e limpeza das fossas sépticas é feita por empresas de desentupimento e exige uma periodicidade máxima de dois anos para que seja mantida a integridade

do solo e possíveis lençóis freáticos existentes no entorno.

Sabidamente, as populações de baixa renda não dispõem de condições financeira para executar a manutenção dessas fossas sépticas e acabam perfurando outras assim, que se esgotem as que estão em uso, o que provoca aumento de risco de poluição ambiental.

A presente Indicação sugere a criação de Programa Estadual de disponibilização deste serviço, através da Sanepar, com pagamento diluído em até 10 (dez) vezes, cobrado nas faturas mensais de água, criando assim possibilidade de que as famílias carentes possam arcar com os custos.

Face às razões elencadas, justifica-se a proposição da presente indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 126/2003

À ALL - América Latina Logística

O deputado Vanderlei Iensen dirige-se a direção da ALL - América Latina Logística com a finalidade de expor e solicitar o seguinte:

Art. 1º - A viabilidade da reativação do contrato de transporte ferroviário com a máxima urgência, entre a ALL - América Latina Logística e a empresa paranaense Cimento Paraná.

Art. 2º - Estabelecimento de tarifação básica que viabilize o transporte da matéria-prima, incluído o valor do ICMS.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Com a dificuldade na geração de empregos e crescimento econômico nos diversos setores da sociedade, nada mais justo e oportuno que darmos condições a empresas com visão empreendedora e com potencial de crescimento em nosso Estado.

A reativação do contrato de transporte ferroviário com a empresa paranaense Cimento Paraná, vem de encontro a esta perspectiva de geração de empregos e ao crescimento econômico que esta empresa tem produzido no Estado do Paraná.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2677

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 573/2003, de minha autoria, que tem por objetivo obrigar o Governo do Estado a fornecer gratuitamente a Carteira Nacional de Habilitação a pessoas de baixa renda.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2670

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, transformação da Sessão Ordinária do dia 26.11.2003 em Sessão Especial, para apresentação do Relatório Final da CPI do Banestado, tendo em vista a complexidade e extensão do assunto.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2683

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada Sessão Solene para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Paulo Cruz Pimental, concedido pela Lei nº 6659, de 09 de janeiro de 1975.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2667

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Pereira Lima, pelo falecimento no dia 17 de novembro da professora Denise Pereira Lima, aos 31 anos. Ela deixa o esposo, Valmir Lima e três filhos.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2669

Senhor Presidente:

A bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu líder que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do desembargador Octavio Jorge de César Valeixo, ocorrido ontem, 17 de novembro, aos 68 anos de idade, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento ao trabalho realizado pelo juiz Valeixo, no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N 2647

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paula Freitas pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro/2003, de seus 39 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Waldemar Antonio Capeleti, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Luiz Sergio Carneiro de Campos, bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Parabenizamos toda a população de Paula Freitas, que no próximo dia 08 de dezembro estará comemorando festivamente o transcurso de mais um aniversário da emancipação política de seu município.

Vejamos um pouco do histórico de Paula Freitas:

A origem do atual município provém da formação de um povoamento denominado Carazinho. O povoado cresceu e se firmou. A Lei Estadual nº 1.724 de 02 de abril de 1917, criou o Distrito Judiciário de Carazinho, com território pertencente ao município de União da Vitória.

Em 26 de março de 1921, a sede do Distrito Judiciário de Carazinho foi transferida para a Estação Ferroviária de Paula Freitas, que pela Lei nº 2.040, passou a se chamar Estácios. Pela Lei Estadual nº 7.573, de 20 de outubro de 1938, Estácios foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, porém com denominação alterada para Paula Freitas.

Em 29 de novembro de 1963, pela Lei Estadual nº 4.788, foi criado o município de Paula Freitas, com território desmembrado de União da Vitória. A instalação deu-se a 08 de dezembro de 1964, e o primeiro prefeito foi o Sr. Mauro Oliveira Cavalin.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio desde deputado, orgulha-se em transmitir a todos com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo desses anos, num trabalho sério e honesto voltado ao bem comum.

REQUERIMENTO N 2650

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Vitória pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro/2003, de seus 39 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Francisco Kampmann, prefeito municipal, à vice-prefeita, Sra. Marisa de Fátima Ilkiu bem como a todos os vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de grande júbilo para a população de Porto Vitória, a comemoração de seus 39 anos de emancipação política, que acontecerá no próximo dia 08 de dezembro/2003.

Histórico: Porto Vitória vivenciou, através do Rio Iguaçu, o processo de colonização regional. O povoamento se deu a partir de 1907, quando foi fundado o núcleo regional de origem particular denominado Vitória, à margem esquerda do Rio Iguaçu. Localizava-se na antiga Fazenda de Santa Maria, que pertencia ao capitão Francisco de Azevedo Muller e ao general João Neiva de Lima. Foi a partir desta época que colonizadores alemães se fixaram, dando estabilidade social, cultural e econômica ao lugar.

De acordo com a Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, a localidade de Porto Vitória foi elevada à categoria de Distrito Administrativo, estando seu território sob a jurisdição do município de União da Vitória.

Em 29 de novembro de 1963, através da Lei Estadual nº 4.788, foi criado o município de Porto Vitória, cuja instalação ocorreu no dia 14 de dezembro de 1964. O primeiro prefeito municipal foi o Sr. Rodolfo Neumann Filho.

Porém, a data oficial da comemoração municipal é 08 de dezembro.

Com todo o respeito que a população de Porto Vitória é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará na trilha do progresso.

REQUERIMENTO N 2651

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações aos proprietários, direção e alunos do Colégio Sepam - Sociedade Educacional Professor Altair Mongrue Ltda, de Ponta Grossa, pela inauguração do Ginásio de Esportes Osni Vilaca Mongrue, que abre novas perspectivas para o desenvolvimento do esporte nessa conceituada instituição de ensino pontagrossense.

Requer ainda, que se dê ciência aos homenageados através de correspondência enviada ao professor Osni Mongrupel Júnior, diretor do Colégio Sepam, Rua Gene-

ral Carneiro, nº 1171 - CEP: 84010-370 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N 2652

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao vereador Nilson Neves - Zico, pela posse na Câmara Municipal de Ponta Grossa, ocorrida no dia 10 de novembro passado, salientando a importância do Núcleo Rio Verde ter mais um valoroso representante no Legislativo Municipal.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência enviada no endereço: Rua João Scremim, nº 1002 - Núcleo Rio Verde, CEP: 74020-540 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N 2653

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações aos vereadores Antonio Carlos Gomes - "Carlinhos", pela realização do Castro Rodeo Festival, eventos de grande sucesso que promoveu o entretenimento da população do município de Castro e região no último fim de semana.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência enviada no endereço: Rua Dr. Jorge Xavier da Silva, 873 - CEP: 84165-000 - Castro - PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N 2654

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações aos Srs. Sérgio Domingues Tozetto, Ciro Tozetto e César Tozetto, sócios proprietários do Supermercados Tozetto, pela inauguração da sua terceira loja em Ponta Grossa ocorrida no dia 12 de novembro passado, no Bairro Oficinas, e ao mesmo tempo, salientando a importância de novos empreendimentos para o maior desenvolvimento do município e desejando-lhes pleno sucesso e bons negócios.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência enviada no endereço: Rua Amazonas, nº 167 - CEP: 84040-160 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N 2655

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sr. Epaminondas Xavier de Barros, pela passagem de seu 76º aniversário, homenagem esta merecida por sua importante participação em projetos de ação social no município de Ponta Grossa, sendo considerado o patriarca destas ações: pioneiro no Instituto Duque de Caxias; fundador, há 38 anos, da Guarda Mirim; fundador da Aldeia David Federmann; fundador do Recanto Marta Dolores; fundador do Lar Odilon Mendes e fundador da Cidade dos Meninos, todas obras de fundamental importância para o resgate da cidadania de pessoas menos favorecidas e com problemas sociais.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência enviada no endereço: Rua XV de novembro, nº 18 - ap. 71 - CEP: 84010-020 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N 2656

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sr. Marco Aurélio Ribeiro, pela brilhante apresentação do Castro Rodeo Festival, evento de grande sucesso que promoveu o entretenimento da população do município de Castro e região, no último final de semana.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência enviada no endereço: Rua Paulino da Silva Lavandeira, nº 327 - CEP: 17501-250 - Marília-SP.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N 2664

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Germano Claro da Silva e Ivanir Rocha da Silva, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus

corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N 2665

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osvaldo de Oliveira e Vanilda de Oliveira, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2671

Senhor Presidente:

O deputado Renato Gaúcho, que ao final subscreve, autor da presente proposição, comparece perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao jornal Gazeta do Povo e ao Colégio Bom Jesus, pela publicação da coleção Valores Humanos.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do jornal Gazeta do Povo de, em parceria com o Colégio Bom Jesus, de publicar a Coleção Valores Humanos, merece todo o nosso aplauso.

Durante 8 (oito) semanas aquele jornal publicou temas como solidariedade, amizade, respeito, justiça, humildade, tolerância e responsabilidade que certamente, pelo seu conteúdo, contribuíram para reflexão e melhoria de atitudes.

Esse é o verdadeiro papel da imprensa.

REQUERIMENTO N° 2672

Senhor Presidente:

O deputado Renato Gaúcho, que ao final subscreve, autor da presente proposição, comparece perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Grupo Educacional Dom Bosco pela realização em parceria com a Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, do Seminário Nacional, Desafio da Escola: Violência e Drogas.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A violência, em particular nas escolas, tem sido motivo de preocupação por parte não só das autoridades como da comunidade em geral.

Nesse sentido, o Grupo Educacional Dom Bosco, demonstrando a necessidade de a Escola estar inserida na comunidade e ser agente modificador da realidade, em parceria com a Unesco realizou o Seminário Nacional. Desafio da Escola: Violência e Drogas.

O evento contou com palestras proferidas por autoridades no assunto e certamente, pelo seu conteúdo e dados estatísticos mostrados, conseguiu mostrar que, com mudança de atitude, é possível enfrentar o problema da violência e das drogas nas escolas de nosso País.

REQUERIMENTO N° 2674

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente instrumento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário, a aprovação para serem consignadas nos Anais da Plenária do dia de hoje, as congratulações deste Poder à nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Mercedes, na pessoa do empresário, Sr. Ivo Carlos Pappen, empossada solenemente no último dia 14 de novembro, em ato festivo da comunidade empresarial local.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se esta assim entender, por este Parlamentar, ao cumprimentar a diretoria antecedente pelo bom trabalho desenvolvido, manifesta a cada integrante da diretoria que tomou posse uma gestão profícua e que na função do cargo cada um colha grande satisfação pessoal e um resultado final muito produtivo. Pois, para isso, não lhes faltam talento e potencialidade.

A convicção dessa antevisão alvissareira, se firma na segura capacidade de liderança do empresário Ivo Pappen, virtude que sempre se destacou em todas as ações que empreendeu.

Caso aprovada a presente proposição, o deputado proponente requer seja dado ciência do seu conteúdo ao Sr. Ivo Carlos Pappen - Avenida João XXIII, 712 - CEP 85.998-000 - Mercedes-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente expediente, vem REQUERER regimentalmente ao Plenário desta Casa Legislativa a aprovação para que sejam consignadas na Ata da Sessão de hoje, as congratulações às autoridades e à população de Rio Negro pelo transcurso do 133º aniversário e Emancipação, cuja comemoração festiva ocorre desde o dia 08 de novembro e se estende até o próximo dia 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Rio Negro terra de todas as gentes!

“Na pequena Capela da Matta,

nos caminhos dos Campos Gerais

tu nascente querida Rio Negro há 133 anos,

teu povo ordeiro e feliz festeja o teu aniversário!”

O atual perfil qualitativo do município e as perspectivas de sua continuidade, com condições de atingir níveis ainda melhores, é resultado do exemplar empenho de suas autoridades constituídas e de suas lideranças ao longo de sua existência. Devendo-se a eles, com muita honra e justiça, os melhores aplausos e homenagens. E, aos atuais administradores e legisladores públicos locais os nossos votos de estímulo, de apoio e confiança.

Na condição de representante do povo rionegrense neste parlamento, quero uma vez mais parabenizá-lo por esse significativo aniversário, nas pessoas do Exmo. prefeito municipal Sr. Ary Siqueria, do Exmo Sr. vice-prefeito, senhor Antonio Bossi, do Exmo. Sr. presidente da Câmara Municipal, vereador Marcello Olsen e demais vereadores secretários municipais e demais funcionários.

Do aprovado, requer também, que seja dado ciência, ao senhor prefeito municipal e ao senhor vice-prefeito, via correspondência a ser encaminhada à Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, e ao presidente da Câmara Municipal, Rua Saturnino Olinto, 1851 - CEP 83880-970 - Rio Negro-PR.

“Escrevendo a História

São inúmeros os caminhos por onde Rio Negro vem escrevendo a sua História. Caminhos como a antiga vereda das migrações primitivas. Caminhos construídos com a força indígena. Caminhos que traziam a bandeirantes às cabeceiras do Rio Negro. O caminho por onde os Tropeiros passaram transformando hoje num corredor turístico com grande potencial econômico. Longo caminho que fizeram os imigrantes, caminho que plantaram e floriram nas quatrocentas braças em quadra para cada família. Caminhos que se cruzam com casario da cidade e lugares, com costumes e tradições de várias etnias que compõem nossa gente. Caminhos da memória e também das paisagens. Fogo, farrapo, chão de bravos. Caminho contestado. Caminhos de tantos outros, pontos de chegada.

É de tantos e tantos outros caminhos que se constrói um município, porque, como disse o pintor Paul Gar-

funkel “ainda há muitas belezas neste mundo para quem sabe abrir os olhos”.

REQUERIMENTO Nº 2680

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao vereador Antonio Carlos Gomes, conhecido como Carlinhos, pela realização do Castro Rodeio Festival, evento de grande sucesso, promovendo o entretenimento da população do município de Castro e região dos Campos Gerais, ocorrido no último final de semana.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência enviada no endereço: Rua Dr. Jorge Xavier da Silva, 873 CEP 84165-000-Castro/PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2681

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações aos Srs. César Tozetto, Sérgio Domingues Tozetto e Ciro Tozetto, sócios-proprietários do Supermercados Tozetto, que inauguraram no último dia 12 do corrente, na cidade de Ponta Grossa, a sua terceira loja, alavancando o desenvolvimento da cidade.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência enviada no endereço: Rua Amazonas, 167 CEP 84040-160 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Lauro Nakamura.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2673

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUER, ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária desta data, dos votos de louvor especial deste Poder ao Sr. Heinz Schreiber Júnior, administrador principal da Festa Nacional de Arrancadão de Tratores de Maripá, pela

exemplar organização e coordenação do grande evento realizado no último final de semana naquela “Cidade das Orquídeas”.

A propósito, requeiro também a aprovação de votos de louvor especial ao prefeito municipal de Maripá, Sr. Dorival Moreira; ao vice-prefeito Sr. Ilbe Pandini, ao presidente da Câmara Municipal, Sr. vereador Idemar Massarolli e demais vereadores, pelo apoio irrestrito para com o evento antes referenciado.

Caso aprovada a presente proposição, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Heinz Schreiber Neto, à Rua Luiz Camões, 275; Sr. Dorival Moreira, prefeito municipal de Maripá, ao senhor Ilbe Pandini, vice-prefeito municipal, à Rua Duque de Caxias, 837 e ao senhor vereador Idemar Massarolli, presidente da Câmara Municipal local, à Rua General Canabarro, 579 CEP. 85955-000 - Maripá-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Henrique Naigeboren, reiterando solicitação feita em requerimento apresentado no Plenário desta Casa de Leis no dia 06 de setembro passado, solicitando as seguintes informações e documentos:

- Cópia das planilhas de cálculo que apuraram o percentual constitucional das despesas realizadas com educação - Fundef, referentes aos exercícios de 1998, 1999 e 2000, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2658

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de correspondência ao Exmo Sr. Dr. Padre Roque, secretário do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando informações sobre número de creches construídas no Estado do Paraná, no decorrer do ano de 2003.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de correspondência ao secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Dr. Aldair Rizzi, solicitando informações sobre a destinação final

dada aos recursos na ordem de R\$7.000.000,00 (Sete milhões de reais), incluídos e aprovados no Orçamento do Estado do Paraná no ano de 2003, primeiramente destinados à Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N 2661

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja expedida correspondência ao ministro de estado da Saúde, Exmo. Sr. Humberto Costa, solicitando do mesmo providência no sentido de disponibilizar maior investimento, a título de Fidesp, no Hospital Universitário de Maringá, neste Estado do Paraná.

Segundo informação obtida pelo Ministério Público do Paraná, cuja correspondência segue anexa, o Hospital Universitário de Maringá recebe mensalmente R\$30.000,00 (trinta mil reais), a título de Fidesp.

Hospitais privados e vinculados a instituição de ensino privado estão recebendo valores infinitamente superiores. A Universidade Estadual de Maringá tem participação significativa na elite acadêmica brasileira, triplicando a produção científica de 1993 até 2002. A UEM possui 533 professores com título de doutorado e o respectivo Hospital Universitário é referência regional, necessitando de maior transferência de recursos da União.

Em razão do exposto, espera-se que o ministro de Estado da Saúde, acolha a presente reivindicação do povo paranaense, destinando mais verbas para o Hospital Universitário de Maringá. A medida que ora se apresenta é investimento essencial na força de trabalho da pujante região de Maringá, haja vista que os atendimentos feitos naquela instituição são dedicados ao SUS.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N 2668

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando urgência na assinatura do Decreto que regulamenta a Lei nº 13.957, de 18 de dezembro de 2002, referente ao parcelamento de multas, IPVA e taxas de estadia de veículos automotores devidas ao Detran.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N 2660

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Heron Arzua, secretário de Estado da Fazenda, através da Coordenação da Receita do Estado no sentido de prestar os seguintes esclarecimentos:

1 - Quais são os critérios adotados pela Coordenação da Receita do Estado quando da visita e fiscalização em empresas no Paraná?

2 - Quais são os funcionários autorizados e determinados pela CRE para realizar a fiscalização?

3 - Nos municípios da região metropolitana a fiscalização é feita por fiscais estaduais lotados em Curitiba ou nos respectivos municípios?

4 - Em relação à fiscalização ocorrida no dia 11 de novembro de 2003, na empresa Cimento Paraná, localizada no município de Colombo, houve alguma solicitação para que fosse procedida esta fiscalização? Quem solicitou?

5 - Quem determinou na CRE a fiscalização nesta empresa? Quem determinou que fossem enviados auditores da receita estadual de Curitiba para fiscalizá-la?

6 - Qual o parecer final da fiscalização dos auditores na referida empresa? Enviar cópia.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO N 2676

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Associação Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando informações referente ao afastamento do médico legista Carlos Ehlke Braga Filho, CRM 6142.

- O afastamento do diretor do IML Geral, está fundamentado em qual motivo?

- Se procede a informação que apesar da solicitação feita os Drs. Miguel Zacarias Sobrinho e Alexandre Gebran não foram substituídos?

Se há razões por divergências partidárias e não por critérios técnicos?

- Se houve razões alegados sobre contratação com relação de parentes ou amizade sem critérios técnicos. Se ocorreu qual a posição à época do secretário da Segurança Pública?

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanha-

mento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO N 2682

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na condição de presidente da Comissão Estadual do Meio-Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná, vem perante o Exmo. Sr. Heras Eurides Brandão, presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida, secretário de estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, REQUERER informações a respeito da atual situação das empresas que atuam direta ou indiretamente em atividades relacionadas ao porto, no que diz respeito ao cumprimento da Lei 9966, de 28 de abril de 2000 e da Resolução Sema nº 031, de 24 de agosto de 1998, bem como solicitar cópias documentais das informações prestadas.

Tal solicitação prende-se ao fato de que as operações e atividades executadas por essas empresas proporcionam potencial risco de poluição, podendo trazer consequências danosas ao meio ambiente para região litorânea.

Preocupa-nos o cumprimento da legislação ambiental vigente (Lei 9966 e Resolução Sema-PR nº 31), por esse motivo encaminhamos anexo, a relação dos documentos necessários para a análise das seguintes empresas: Soccepar, Bünge Alimentos, Cotriguaçu, América Latina Logística, Pasa, Coamo, Multitrans, Transpiotto/Fortesolo, União Vopak e Coimbra.

Contando com a disponibilidade dessas informações na maior brevidade possível, renovamos nossos protestos de alta estima e elevada consideração.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) WALDIR LEITE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 687/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Handebol, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Maringaense de Handebol é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Tem por finalidade promover a modalidade esportiva denominada handebol, amador ou profissional, difundindo-a entre seus sócios e no Estado do Paraná.

Essa modalidade esportiva surgiu em Maringá por volta de 1970 e a equipe desse município se destaca no cenário estadual, tendo conquistado dezessete vezes o título de campeã dos jogos abertos do Paraná. Em 1984, essa equipe conquistou o título de campeã da taça Brasil, em São Paulo.

A Associação estruturou-se para cooperar com o Poder Público no desenvolvimento da modalidade esportiva “handebol” e vem conquistando espaço esportivo, ajudando na formação dos jovens maringaenses que se interessam pelo esporte.

PROJETO DE LEI Nº 689/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatória a troca de toda a água de lastro em águas oceânicas dos navios e embarcações que demandam aos portos marítimos do Estado do Paraná.

§ 1º - Estão sujeitos à presente lei todos os navios e embarcações, seja de longo curso ou de cabotagem, que operam nos portos marítimos do Paraná, inclusive nos terminais privativos.

§ 2º - A troca da água de lastro das embarcações de que trata o *caput* deste artigo deverá ser feita em águas oceânicas, no mínimo a 100 milhas marítimas da costa, e em profundidade não inferior a 500 metros.

Art. 2º - Excluem-se do cumprimento do artigo anterior as embarcações que tenham captado toda a água de lastro, em um raio inferior a 200 milhas marítimas do início da Barra da Baía de Paranaguá, desde que a autoridade marítima portuária ou ambiental nada disponha em contrário.

§ 1º - Também excluem-se as embarcações que manifestarem, através do formulário para Informações Sobre a Água de Lastro, para efeito de carga e/ou descarga, não necessitar alijar sua água de lastro.

§ 2º - As embarcações de que trata o *caput* deste artigo quando lastradas com água doce, ou seja, água com densidade inferior a 1,005 g/cm³, não poderão despejá-las dentro da Baía de Antonina, devendo alijar essas águas em locais cuja a densidade seja igual ou superior a 1,014 g/cm³.

Art. 3º - As embarcações de que trata o *caput* do artigo 2º, estarão sujeitas a realizar a troca da água de lastro em águas oceânicas, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 1º desta lei, quando a embarcação captar água de lastro em porto sabidamente contaminado por espécies nocivas e patógenas invasoras, sempre que a autoridade marítima, portuária ou ambiental, responsável pelo Plano de Gestão da Água de Lastro assim determinar.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - Água Doce - Água com salinidade inferior a 1,005 g/cm³.

II - Água de Lastro - água colocada em tanques de uma embarcação com o objetivo de alterar o seu calado, mudar suas condições de flutuação, regular a sua estabilidade e melhorar sua manobrabilidade.

III - Águas Oceânicas: são águas que se situam além da plataforma continental do país, iniciando-se na quebra da plataforma continental, o que correspondendo ao início do Talude Continental, onde o fundo marítimo apresenta pronunciada declividade. São as águas situadas em uma região além dos 500 metros de profundidade, em direção ao oceano aberto.

IV - Autoridade Marítima: exercida pela DPC - Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil e através do Comandante da Marinha, responsável pela salvaguarda da vida humana e segurança da navegação em mar aberto e hidrovias interiores, bem como pela prevenção da poluição ambiental causada por navios, plataformas e suas instalações de apoio, além de outros cometimentos a ela conferidos por esta lei.

V - Autoridade Portuária: autoridade responsável pela administração do porto organizado, competindo-lhe fiscalizar as operações portuárias e zelar para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente.

VI - Barra da Baía de Paranaguá - Local de acesso da Baía de Paranaguá, constante das cartas náuticas onde fica o Canal da Galheta.

VII - Embarcação: construção sujeita à inscrição no órgão de autorização marítima e suscetível ou não de se locomover na água, por meios próprios ou não, transpondo ou abrigando pessoas ou cargas.

VIII - Navegação em Mar Aberto: aquela realizada em águas marítimas consideradas desabrigadas, podendo ser de:

a) - Longo Curso: realizada entre portos brasileiros e estrangeiros;

b) Cabotagem: realizada entre portos ou pontos do território nacional, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores;

IX - Navio: embarcação de qualquer tipo que opere no ambiente aquático, inclusive hidrofólios, veículos com colchão a ar, submersíveis e outros engenhos flutuantes;

X - Órgão Ambiental ou Órgão de Meio Ambiente: órgão do poder executivo federal, estadual ou municipal, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), responsável pela fiscalização, controle e proteção ao meio ambiente no âmbito de suas competências.

XI - Portos Marítimos do Estado do Paraná: todos os portos organizados do Estado do Paraná que já operam ou que venham a operar.

XII - Porto Organizado: aquele construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, movimentação e armazenagem de mercadorias e deslocamento de viajantes, concedido ou explorado pela

União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária;

Art. 5º - O não cumprimento do estabelecido na presente lei será punido sucessivamente com as seguintes sanções:

I - multa;

II - apreensão do navio;

III - embargo da atividade;

§ 1º - A pena de multa será aplicada em dobro quando o infrator reincidir no descumprimento da presente lei.

§ 2º - A apreensão do navio será efetivada quando o infrator deixar de pagar a multa no prazo estabelecido e não apresentar defesa no prazo de 10 dias perante o órgão competente, ou quando, em caso de julgamento improcedente da sua defesa administrativa deixar de pagar a multa no prazo de 10 dias após a devida notificação.

§ 3º - As embarcações apreendidas pela autoridade competente somente serão liberadas mediante o pagamento da multa, devendo a mercadoria e bens do navio serem confiados a fiel depositário, na forma do Código Civil Brasileiro.

Art. 6º - O valor da multa de que trata o artigo anterior terá como parâmetros os valores fixados no artigo 5º e 6º da Lei Federal n 9.605/98.

Art. 7º - Respondem pelas infrações previstas nesta lei, na medida de sua ação ou omissão:

I - o proprietário do navio, seja pessoa física ou jurídica;

II - o armador ou operador do navio, caso este não esteja sendo armado ou operado pelo proprietário;

III - o comandante ou tripulante do navio;

IV - a agência que legalmente represente os interesses do armador ou operador do navio.

Art. 8º - São responsáveis pelo cumprimento desta lei:

I - a autoridade portuária, por intermédio de suas organizações competentes, com a atribuição de fiscalizar os navios, levantar dados e informações, apurar responsabilidades encaminhando os dados, informações e resultados ao órgão estadual do meio ambiente;

II - o órgão estadual do meio ambiente, com a atribuição de realizar o controle ambiental e a fiscalização nas embarcações, aplicar as sanções previstas no artigo 5º, avaliar os danos ambientais causados, encaminhar à Procuradoria Geral do Estado e ao órgão federal do meio ambiente relatório circunstanciado sobre a fiscalização das embarcações e o descumprimento desta lei;

III - a empresa de direito privado, devidamente habilitada com a aprovação do órgão estadual do meio ambiente, com a atribuição de fiscalizar os e embarcações, levantar dados e informações, apurar responsabili-

dades encaminhando os dados, informações e resultados ao órgão estadual do meio ambiente.

Parágrafo Único - É dever tanto da autoridade portuária local quanto do órgão do meio ambiente estadual prestar a devida orientação às pessoas de que trata o artigo 7º sobre a presente lei de como será procedida a fiscalização, bem como dar a devida publicidade à presente lei.

Art. 9º - Aquele que opuser embaraço à fiscalização dos órgãos competentes responsáveis pelo cumprimento da presente lei fica da mesma forma sujeito às penalidades do artigo 5º.

Art. 10 - A aplicação das penas previstas nesta lei não isenta o responsável de outras sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outras normas específicas que tratem da matéria, nem da responsabilidade civil pelas perdas e danos causados ao meio ambiente.

Art. 11 - Os valores arrecadados com a aplicação das multas previstas nesta lei serão destinados ao órgão estadual do meio ambiente e à Administração Portuária, em partes iguais.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Tem sido identificado como uma das maiores ameaças ao meio ambiente e aos oceanos no mundo, a introdução de espécies aquáticas invasoras em novos meios-ambientes, as quais são trazidas pelas águas de lastro dos navios.

A água de lastro é carregada pelos navios para assegurar a sua estabilidade, manobrabilidade e integridade estrutural, consistindo em uma operação essencial, eficiente e segura do transporte marítimo moderno. Assim, quando uma embarcação está sem carga, é enchida com lastro, quando é descarregada a água de lastro é descartada.

Com isso novos elementos e organismos aquáticos nocivos e patogênicos são introduzidos em um meio ambiente novo, desestabilizando todo ecossistema, em razão da introdução de novas espécies. Fortes suspeitas existem no meio científico que bactérias, vírus e vibriões de doenças sobrevivem em água de lastro por longo período.

A baía de Paranaguá é a maior área de desova e berçário marítimo da costa brasileira, razão pela qual é de suma importância para as espécies pescadas ao longo do litoral do Brasil, e vem sofrendo as consequências da grande movimentação comercial da navegação marítima internacional e de cabotagem.

Algumas sérias consequências já foram constatadas em nossa baía e são as piores possíveis como: 01) o

desaparecimento de determinadas espécies necessárias ao equilíbrio do ecossistema, 02) as chamadas “marés vermelhas” em razão de sua florescência acentuada por questões climáticas, que são algas microscópicas (dinoflagelados tóxicos) introduzidas em nossa baía, as quais são absorvidas por outras espécies (ostras, mariscos, etc) envenenando-as causando distúrbios gástricos ou a morte de seres humanos que as ingerem. 03) Segundo estudos científicos a epidemia de cólera que houve a bem pouco tempo em Paranaguá, provavelmente tenha sido trazida pela água de lastro de algum navio.

Em resposta, à ameaça internacional solicitou-se à IMO - Organização Marítima Internacional, que é a agência especializada das Nações Unidas responsáveis pela regulação internacional da segurança do navio e prevenção da poluição marítima por navios, para que resolvesse o problema da transferência de organismos nocivos por meio de navios.

Na espera da conclusão, votação e subsequente homologação da Convenção sobre a Água de Lastro, a IMO, após estudos e consultas a várias entidades ligadas à navegação internacional publicou as suas “Diretrizes para o Controle e Gestão de Águas de Lastro de Navios para Minimizar a Transferência de Organismos Aquáticos e Patógenos” por meio da Resolução A.868 da 20ª sessão do MEPC - Comitê de Proteção do Meio-Ambiente Marinho (Marine Environment Protection Committee).

Por essa razão, na espera da conclusão da primeira Convenção sobre o assunto, a grande maioria dos países membros da IMO adota, em caráter temporário as Diretrizes da Resolução A.868, que estabelece a troca da água de lastro em águas oceânicas, ou a descarga da água de lastro para estações de recepção e tratamento em terra, ou ainda o tratamento de água no próprio navio. Como não existem estações de tratamento no porto de Paranaguá e Antonina os navios deveriam efetuar a troca da água de lastro em águas oceânicas, o que não prejudicaria o ecossistema, pois lá não há organismos nocivos que possam prejudicar a nossa baía, tampouco a água de lastro lá despejada prejudica o meio ambiente, uma vez que esses organismos não teriam como sobreviver em águas oceânicas.

Vários países e portos individuais já desenvolveram legislações locais à espera da Conclusão da Convenção Internacional como a Austrália, Canadá, Estados Unidos, Chile, Nova Zelândia e Israel.

Embora a Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil esteja plenamente ciente dos problemas, ainda não tomou qualquer decisão unilateral, aguardando a entrada em vigor da esperada Convenção Internacional.

Desta forma, não podemos ficar à espera da conclusão, votação e conseqüente homologação da Convenção. Uma grosseria estimativa indica que, na baía de Paranaguá são despejados cerca de 15.000.000 de m3 de água de lastro por ano. Assim, existe um perigo latente e

iminente das águas das nossas baías serem contaminadas a qualquer tempo. Por isso é importante um trabalho imediato e eficaz de prevenção e fiscalização dos navios que chegam aos nossos portos de Paranaguá e Antonina.

No Brasil existe a Lei 9966/2000, que trata sobre a poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional. Entendemos que esta lei federal em seus artigos 15 e 16 proíbe o despejo sem tratamento apenas da água de lastro que contenha óleo ou outras substâncias nocivas ou perigosas que são transportadas no navio; especificamente sobre a água de lastro, nada proíbe. Entendemos como substâncias nocivas de que trata a lei federal, por exemplo, algum produto químico junto com a água de lastro que cause danos ao meio ambiente. Portanto a lei não atinge a água de lastro propriamente dita, que como visto acima, por mais que limpa e sem produtos químicos, possui grande quantidade de organismos vivos muito prejudiciais a todo um ecossistema se não trocada em águas oceânicas.

Independente da interpretação que for dada à Lei 9966/2000 se ela já proíbe ou não o lançamento da água de lastro o presente projeto de lei é perfeitamente cabível. Senão vejamos: caso a interpretação dada aos artigos 15 e 16 da supra citada lei federal seja no sentido mais amplo, ou seja de que é proibido o despejo da água de lastro contendo óleo ou demais substâncias, bem como a água de lastro propriamente dita sem a devida troca, a própria lei federal em seu artigo 27 delega poderes às entidades ambientais estaduais para o controle, fiscalização e autuação.

Caso a interpretação da lei seja no sentido de que é proibido o despejo apenas da água de lastro contaminada, servirá a presente lei estadual para proibir todo e qualquer despejo de água de lastro perto da costa do Estado do Paraná sem a devida troca em águas oceânicas, inclusive quando se tratar de navegação de cabotagem. De acordo com a nossa Constituição Federal, compete a União e aos Estados, concorrentemente legislar sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Importante dizer que por não se tratar de competência exclusiva da União legislar sobre o assunto e a legislação federal se omite, tem o Estado absoluta legitimidade e competência para legislar sobre a matéria. Vale transcrever, dessa forma, o disposto no parágrafo terceiro do artigo 24 da nossa Constituição:

§ 3º - Insistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Demonstrada a viabilidade jurídica e a urgência do presente projeto de lei, torna-se necessário, face aos fatos

relatados, que o Estado do Paraná e o Brasil abram os olhos em relação a possíveis tarifas, multas sobretaxas e embargos que nossos produtos agrícolas possam sofrer pelo fato de estar o Porto de Paranaguá inserido em forte contexto ambiental. A região litorânea do Paraná é considerada Reserva da Biosfera pela Unesco, além de ter mais de 15 Unidades de Conservação Ambiental, dentre elas a APA de Guaraqueçaba.

Estas tarifas e embargos poderão ocorrer, a exemplo do que já ocorre com a madeira, que somente pode ser exportada se houver a certificação correspondente. Devemos lembrar que Paranaguá já foi vítima do cólera, (o que poderá gerar barreiras sanitárias) e que o Paraná tem ainda grande parte de seu PIB oriundo da agricultura, sendo que, quase toda a sua produção é escoada pelo porto de Paranaguá.

O Brasil tem condições ímpares neste mundo globalizado de produzir bastante e barato praticamente qualquer produto agrícola, principalmente as commodities. Isto tem gerado denúncias falsas e tremendamente prejudiciais à produção agrícola brasileira, a exemplo do falso alarme de “Vaca Louca” (barreira sanitária), dado pelo Canadá. Questões ambientais têm um apelo certo ao público, e os concorrentes de outros países certamente farão uso destas questões para tentar prejudicar nossas exportações. Assim, faz-se um apelo no sentido de advertência para um problema que já está ocorrendo, propondo uma lei que certamente reduzirá em muito a exposição dos produtos agrícolas do Paraná, evitando-se possíveis perdas monumentais de divisas.

Na qualidade de presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e legítimo representante do povo do litoral paranaense, não posso fechar os olhos diante do que vem acontecendo e do perigo iminente de destruição total do ambiente marinho do Estado do Paraná.

Assim, é o presente projeto de lei para punir severamente os agressores do nosso meio ambiente a fim de melhoramentos a qualidade de vida e economia da população do litoral do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 690/2003

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Com a declaração de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador - A.S.R.R., poderá desenvolver programas e atividades de grande

interesse social, e prestar serviço de relevância para a comunidade.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 688/2003

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná.

Art. 1º - Os princípios para a criação e a delimitação das unidades regionais mencionadas no artigo 25 da Constituição Federal e 21 e 26 da Constituição Estadual, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas, far-se-ão conforme disposto nesta lei.

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência.

I - evidência ou tendência de conurbação;

II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;

III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

§ 1º - O território da Região Metropolitana será automaticamente ampliado em razão de fusão ou incorporação de qualquer município integrante daquela unidade organizacional, com município adjacente ali não referido, ou de distritos deles emancipados.

§ 2º - Para efeito de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum afetas a dois ou mais municípios integrantes de espaço territorial metropolitana e que exijam ação conjunta dos entes públicos a Região Metropolitana poderá ser dividida em sub-regiões, devendo, para tanto, formar consórcios intermunicipais.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - âmbito metropolitano, o território abrangido pela Região Metropolitana, compreendendo a cidade metropolitana e a zona rural;

II - cidade metropolitana, o conjunto de áreas urbanizadas, conurbado ou não, dentro do âmbito metropolitano;

III - interesse metropolitano, toda ação que concorra para o desenvolvimento da Região Metropolitana;

IV - de interesse comum no âmbito metropolitano, toda ação de interesse metropolitano, para cuja execução sejam necessárias relações de compartilhamento intergovernamental dos agentes públicos;

V - função pública de interesse comum no âmbito metropolitano, atividades relativas a:

a) planejamento, global ou setorial, das questões territoriais, ambientais, sociais, econômicas e institucionais;

b) execução de obras e a implantação, operação e manutenção de serviços públicos;

c) financiamento de implantação, operação e manutenção de obras e serviços, bem como sua remuneração e recuperação de custos;

d) supervisão, controle e avaliação da eficácia da ação pública metropolitana.

Parágrafo Único - As funções públicas de interesse comum, a que se refere o inciso V deste artigo, serão exercidas em campos de atuação, tais como:

I - o estabelecimento de políticas e diretrizes de desenvolvimento e de referenciais de desempenho dos serviços;

II - a ordenação territorial de atividades, compreendendo o planejamento físico, a estruturação urbana, o movimento de terras e o parcelamento, o uso e a ocupação do solo;

III - o desenvolvimento econômico e social, com ênfase na produção e na geração e distribuição de renda;

IV - a infra-estrutura econômica relativas, entre outros, a insumos energéticos, comunicação, terminais, entreposto, rodovias, ferrovias;

V - o sistema viário e o trânsito, os transportes e o tráfego de bens e pessoas;

VI - a captação, a adução, o tratamento e a distribuição de água potável;

VII - a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos esgotos sanitários;

VIII - a macrodrenagem das águas superficiais e o controle de enchentes;

IX - a destinação final e o tratamento dos resíduos urbanos;

X - a política da oferta habitacional de interesse social;

XI - o controle da qualidade ambiental;

XII - a educação e a capacitação dos recursos humanos;

XIII - a saúde e a nutrição;

XIV - o abastecimento alimentar;

XV - outros serviços declarados de interesse comum.

Art. 4º - Declarando o interesse comum no âmbito metropolitano, a execução das funções públicas dele decorrentes dar-se-á de forma compartilhada pelos Municípios e pelo Estado, observando-se critérios de parceria definidos pelo órgão deliberativo do sistema gestor metropolitano.

Art. 5º - Os agentes envolvidos no exercício das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano, devem adotar, permanentemente, as medidas legais administrativas necessárias a:

I - estabelecimento de procedimentos administrativos, para que suas atividades se compatibilizem com as diretrizes de desenvolvimento e com os padrões de desempenho dos serviços na Região Metropolitana.

II - definição de estrutura orçamentária que permita destacar os recursos necessários a respectiva participação no financiamento dessas funções;

III - recepção e processamento, nos seus respectivos níveis governamentais, das deliberações do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, nos termos do artigo 6º desta lei.

IV - fixação de normas de compatibilização com o interesse comum;

V - estabelecimento de outras medidas necessárias a respectiva participação na efetivação dessas funções.

Art. 6º - No objetivo da administração do interesse metropolitano e do apoio aos agentes responsáveis pela execução das funções públicas de interesse comum, fica instituído o Sistema Gestor Metropolitano em cada Região Metropolitana do Estado, compreendendo:

I - Na qualidade de órgãos deliberativo e consultivo, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano;

II - como instrumento financeiro, os fundos de desenvolvimento de cada Região Metropolitana.

Art. 7º - Compete ao Conselho de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas:

I - declarar as atividades, os empreendimentos e os serviços que devem ser admitidos entre as funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano;

II - estabelecer políticas e diretrizes de desenvolvimento da Região Metropolitana e referenciais para o desenvolvimento dos serviços no âmbito metropolitano;

III - estimular a ação integrada dos agentes públicos envolvidos na execução das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano, no intuito de assegurar eficiência a promoção de desenvolvimento da Região Metropolitana;

IV - deliberar sobre a iniciativa de elaboração de planos, programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, bem como sobre as proposições neles contidas;

V - supervisionar a execução das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano;

VI - encaminhar às atividades, aos órgãos e às autoridades competentes as proposições relativas às funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano, recomendando:

a) o estabelecimento de instrumentos normativos, administrativos e técnicos necessários ao desenvolvimento das Regiões Metropolitanas;

b) as diretrizes básicas metropolitanas a serem consideradas nas leis dos planos plurianuais, de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais.

VII - deliberar sobre a instituição dos instrumentos de planejamento de interesse metropolitano, entre eles o Plano de Desenvolvimento, os Planos de Diretores Setoriais, os Planos Sub-Regionais, o Sistema de Informações Metropolitanas e o Sistema de Financiamento Metropolitano;

VIII - deliberar sobre o Programa Anual de Investimento e a Proposta Orçamentária Anual do Fundo de Desenvolvimento de cada Região Metropolitana do Estado;

IX - manter sistemático e permanente processo de informação para as Câmaras Municipais e para a Assembleia Legislativa, sobre as atividades da gestão metropolitana;

X - deliberar sobre a inclusão de outros campos de atuação das funções públicas de interesse comum, não referidos no parágrafo único do artigo 2º desta lei;

XI - elaborar o seu Regimento Interno e deliberar sobre suas ulteriores modificações, submetendo-os a homologação do Governador do Estado.

Art. 8º - O planejamento e a gestão metropolitana serão realizados através dos seguintes instrumentos, em cada Região Metropolitana, atendidas as especificidades de cada região do Estado:

I - Plano Diretor de cada Região Metropolitana;

II - Planos e Programas Setoriais;

III - Plano Diretor de Informações para o planejamento;

IV - Legislação urbanística e ambiental;

V - normas, padrões e critérios relativos ao controle urbano e a manutenção da qualidade ambiental;

VI - Planos plurianuais;

VII - Diretrizes orçamentárias;

VIII - Orçamento anual;

IX - Políticas fiscal e tributária;

X - Convênios, acordos, consórcios, contratos multilaterais e outros instrumentos voltados para a cooperação intermunicipal e intergovernamental;

XI - Fundo de Desenvolvimento de cada Região Metropolitana.

Parágrafo Único - O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano poderá, por indicação do seu órgão técnico de apoio, baixar resoluções criando novos instrumentos necessários ao planejamento e gestão metropolitanos, em cada Região Metropolitana.

Art. 9º - Os Conselhos de Desenvolvimento Metropolitanos serão constituídos na forma das leis instituídas das Regiões Metropolitanas.

Art. 10 - Os Conselhos de Desenvolvimento Metropolitanos serão apoiados nas suas deliberações por Câmaras Técnicas setoriais, e instituídas para um ou mais dos campos de que trata o parágrafo único do artigo 2º desta lei.

Art. 11 - Os investimentos e incentivos da Administração pública estadual, direta ou indireta, a serem aplicados nas Regiões Metropolitanas deverão ser previamente compatibilizadas com planos e políticas de desenvolvimento metropolitano, aprovados pelos Conselhos de Desenvolvimento Metropolitanos de cada Região Metropolitana.

Art. 12 - O Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana será o instrumento financeiro de caráter rotativo e destina-se a financiar, total ou parcialmente, sob as formas de empréstimo ou a fundo perdido:

I - as atividades de planejamento do desenvolvimento da Região Metropolitana;

II - a gestão dos negócios relativos a cada Região Metropolitana;

III - a execução das funções públicas de interesse no âmbito metropolitano;

IV - a execução e operação de serviços urbanos de interesse metropolitano.

Art. 13 - Os Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas poderão, mediante convênio com instituições financeiras estaduais, federais ou internacionais, operacionalizar os empréstimos ou subempréstimos para o financiamento de obras e serviços de interesse metropolitano, com recursos provenientes de cada Fundo de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas.

Parágrafo Único - A participação dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento no financiamento de ações de interesse metropolitano será acompanhada, a título de contrapartida de recursos financeiros negociados pelos agentes envolvidos nessas ações.

Art. 14 - Poderão constituir receitas dos Fundos de Desenvolvimento em cada Região Metropolitana:

I - recursos de natureza orçamentária que lhe forem destinados pela União, pelo Estado e pelos municípios situados em cada Região Metropolitana;

II - produtos de operações de crédito realizadas pela União, Estados e Municípios situados nas Regiões Metropolitanas, destinados ao financiamento de atividade e projetos integrantes de programas de interesse metropolitano;

III - retorno financeiro de empréstimo e subempréstimos para investimentos em obras e serviços no âmbito metropolitano;

IV - rendas auferidas com aplicação de seus recursos no mercado financeiro;

V - recursos provenientes de taxas e contribuições de melhoria, arrecadadas pelo Estado ou pelos municípios, relativas a empreendimentos e serviços de interesse metropolitano;

VI - transferências a fundo perdido, proveniente de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VII - recursos provenientes de outras fontes.

Art. 15 - Nos municípios situados nas regiões metropolitanas ou nas suas imediações, detentores de áreas de proteção de mananciais para o abastecimento d'água, reservas naturais, ou que disponham de condições propícias para a destinação final do lixo urbano ou de resíduos industriais, serão praticadas políticas compensatórias pela preservação desses atributos, nos termos de decisão do respectivo Conselho de Desenvolvimento.

§ 1º - As políticas compensatórias previstas neste artigo serão aplicadas de forma variável, quanto a manutenção e intensidade dos benefícios concedidos, em função do índice de qualidade das águas, do estado de conservação das reservas naturais e dos efeitos poluidores da operação dos sistemas de tratamento final do lixo.

§ 2º - Para os efeitos das disposições estabelecidas no parágrafo anterior, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana apoiar-se-á em análises e avaliações sistemáticas de qualidade ambiental realizadas pelo Estado, através de seus agentes especializados.

Art. 16 - Serão considerados no processo de planejamento metropolitano, os territórios fronteiriços inseridos em áreas de proteção de mananciais e reservas naturais, ou que sejam afetados pelo processo de metropolização.

Art. 17 - O Conselho de Desenvolvimento de cada Região Metropolitana adotará medidas de avaliação dos níveis de inter-relação de atividades internas e externas às Regiões Metropolitanas, com o objetivo de investigar os mútuos efeitos do processo de metropolização.

Parágrafo Único - Qualquer deliberação do Conselho de Desenvolvimento nos aspectos previstos neste artigo, será precedida de reuniões específicas das quais participarão, sem direito a voto, os prefeitos dos municípios, não compreendidos na Região Metropolitana, em cujos territórios estejam sendo evidenciados efeitos do processo de metropolização.

Art. 18 - Os investimentos e incentivos da Administração Pública Estadual, direta ou indireta, a serem aplicados nas regiões metropolitanas do Paraná, deverão ser previamente compatibilizados com planos e políticas de desenvolvimento metropolitano, aprovados pelos Conselhos de Desenvolvimento de cada Região Metropolitana.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta lei complementar.

Art. 20 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente matéria tem por objetivo dar atendimento ao disposto no parágrafo terceiro do artigo 25 da

Constituição Federal, regulamentando o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado.

É preciso destacar que o referido artigo 25 da Constituição Federal foi inserido por proposição do deputado federal paranaense, Exmo. Sr. Max Rosenmann.

A criação de regiões metropolitanas está prevista na Constituição Federal, artigo 25, parágrafo 3º:

“Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

A Constituição Estadual, em seus artigos 21 a 26, também dispõe sobre as regiões metropolitanas.

Sem dúvida, as regiões metropolitanas devem observar as diretrizes de desenvolvimento do Estado, como o próprio artigo 22 da Constituição Federal prescreve.

Não é por falta de vontade dos municípios que as regiões metropolitanas do interior deixaram de se implementar, mas por falta de recursos. Pretende-se com esta proposição regulamentar o funcionamento dessas instituições e propiciar formas de arrecadação de recursos.

Conforme a Lei Complementar nº 14/73, o Governo do Estado tem que incluir no Orçamento recursos para o funcionamento das regiões metropolitanas e sem essa destinação não há como as mesmas cumprirem seus objetivos.

O trabalho das regiões metropolitanas deve compreender:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - produção e distribuição de gás combustível canalizado;

VI - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser lei federal;

VII - outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal (Conforme art. 5º da Lei Complementar Federal nº 14/73).

É preciso salientar que as Secretarias de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Urbano concentram muitas das atividades e efetivamente recebem recursos, prestando assistência direta a municípios, consórcios municipais e outras associações formadas entre os municípios.

A Lei Complementar Federal nº 27, de 03 de novembro de 1975, dispõe que haverá em cada Região Metropolitana um conselho consultivo e um conselho, deliberativo, motivo pelo qual as regiões metropolitanas

necessitam da constituição de fundos destinados ao funcionamento dos serviços metropolitanos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo a esta tribuna para trazer uma novidade., talvez não tão novidade, mas pelo menos a quase certeza de um programa de geração de empregos para o litoral paranaense.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença do vice-prefeito do Pontal do Paraná, o companheiro Zeca do PT, que esteve me acompanhando por mais uma vez no Estado do Rio de Janeiro, onde estivemos em visita à Petrobras, já que lá estivemos também há alguns meses tentando ver a viabilidade de que aqui seja construída uma plataforma no nosso litoral paranaense, mais precisamente na Ponta do Poço.

Para alegria nossa, senhor presidente, a Petrobras nos dá em mãos o Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Óleo da Bacia de Campos. O centro desse plano é uma plataforma que terá o nome de PRA nº 1. Ou seja, Plataforma Rebombeio Autônoma nº 1.

O que é uma plataforma de rebombeio?

É a plataforma que será instalada a cerca de 115 quilômetros da costa, mar adentro, e ela receberá de 8 plataformas da Bacia de Campos, o petróleo que hoje é carregado em navios, viadutos e, por esta plataforma por um duto de 34 polegadas, esse petróleo irá à terra e de lá, vai até o Estado de São Paulo na Refinaria em São José dos Campos.

Este projeto dando certo, outras PRA's serão instaladas, fazendo com que todo o escoamento ou parte do escoamento do petróleo retirado do mar venham viadutos para que sejam refinados nas nossas refinarias, evitando o consumo e o gasto, inclusive com aluguéis de navios.

Este investimento tem a capacidade de bombeio de 815 mil barris de petróleo/dia, investimento de 1,2 bilhões de dólares, mais de 1000 km de dutos e 2500 empregos diretos gerados na construção da PRA-1.

Foi feita uma licitação em 4 etapas. Uma delas é a jaqueta, que sustenta a plataforma. A jaqueta é aquela base tubular que vai ficar no fundo do mar até a superfície, numa altura aproximada de 130, 140 metros, equivalente a quase 50 andares de um edifício, para ter uma idéia.

Essa jaqueta, a licitação foi ganha pela empresa Tecnint. Ela vai ser construída aqui, na Ponta do Poço, em Pontal do Paraná. Só a construção da jaqueta vai demorar 18 meses, e vai gerar 600 empregos diretos.

Já foram feitas outras duas licitações, faltando apenas abrir os envelopes para a licitação da montagem da parte de geração. Encerrada a licitação começa-se então os trabalhos da obra.

Nessa última parte existe uma possibilidade ainda muito boa para o Paraná, que seja a licitação ganha pela empresa chamada Oldbrecht, que, se ganhar, parte da montagem virá também para Pontal. Aí com certeza, dos 600 empregos diretos, vamos passar seguramente de 1000 a 1200 empregos diretos com a montagem, se for ganha essa licitação da quarta parte.

Porém, estamos todos torcendo para que não tenha nenhum pedido de impugnação de licitação, que é comum por parte de armadores, quer do Brasil ou do exterior, que acabam sempre fazendo uma polêmica em torno de uma obra belíssima, que é uma obra de bastante investimento.

Quero dizer que essa obra também ainda depende de todo o projeto, principalmente do oleoduto, que liga a Refinaria de São José dos Campos, ao Estado do Rio de Janeiro e, tem problemas por parte do Ibama, alguns questionamentos com relação ao meio ambiente.

Está comprovado que são feitos os oleodutos da Petrobras com a maior segurança, com todos os cuidados possíveis, com os Rimas, para que depois de pronto o oleoduto seja feita a sua verificação e manutenção para evitar qualquer vazamento ou danos à natureza. E, esse projeto acabado, com certeza, será um ganho, não só pelo número de empregos que gerará, mas principalmente, pelo que ganhará o meio ambiente, porque aqui está todo um complexo onde envolveu em primeiro lugar a garantia da segurança, do transporte do petróleo retirado das profundezas dos nossos oceanos.

Quero parabenizar a nossa Petrobras por mais essa iniciativa e dizer que felizmente, se a partir do final desse mês tivermos a notícia que também a Oldbrecht, aqui estará, nós poderemos garantir muito mais de 1000 empregos, aqui em Pontal. Caso só fiquemos com a jaqueta, que levará 18 meses para ser montada, teremos então 600 empregos diretos, que vai com certeza ajudar o povo, principalmente do litoral do Paraná e da nossa região, que terá emprego garantido aqui no litoral paranaense, trabalhando na empresa que montará esta jaqueta, que vai ser uma nova história na página da Petrobras, em relação ao transporte de petróleo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A seguir, o deputado Luciano Ducci.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo na tribuna hoje para colocar, de uma certa forma, uma indignação com o que presenciei nos meios de comunicação hoje, quando foram vinculadas notícias por parte do Governo, dizendo que eu, o deputado André Vargas e o deputado Paulo Bernardo, pelo fato de termos ido defender a saúde, defender o investimento correto na área da saúde, defender a aplicação da Emenda 29, e o governador fez uma série de citações numa matéria publicada nos jornais. Tive até o cuidado de entrar na internet,

na agência de notícias do Estado para confirmar o que estava escrito nas suas declarações, para que não houvesse nenhum tipo de distorção das colocações por parte do governo.

Fiquei estarelecido ao saber que defender aplicação correta na área da saúde, o governador coloca que estamos querendo favorecer a medicina privada, os convênios, os laboratórios que estão a todo momento pressionando o governo, para que ele gaste mais recursos públicos.

Nessa primeira citação do governo já existe um equívoco de entendimento por parte do governo do que é o SUS, o que é o Sistema Único de Saúde, como ele funciona, quem financia, quem paga os procedimentos, quem paga as internações e quem paga os laboratórios. Como se esse dinheiro novo não fosse entrar na saúde, fosse para pagar hospital da iniciativa privada! Esse é o primeiro grande equívoco do governador.

O segundo equívoco, também referente a mim, ao André Vargas e ao Paulo Bernardo, quando coloca: “parece que querem favorecer a compra de remédios sem licitação”. Essa, não dá nem para entender o que o governador quer dizer. Todo mundo sabe que para comprar remédios tem que fazer licitação. Não sei qual a finalidade que ele coloca essa afirmação.

Uma terceira afirmação equivocada do governador, é quando ele coloca o seguinte: “não sei se é preocupação de alguns deputados e promotores é a mesma. Acho um absurdo forçar o Estado a comprar remédios e fazer outros investimentos”. É um absurdo forçar o Estado a comprar remédios para fornecer à população mais carente? Fornecer medicamento para hipertenso? Para diabético? Para pessoas que têm câncer? Se é um absurdo, não sei que sistema de saúde público queremos implementar no Estado do Paraná. E, também ameaçar, dizendo que se aprovar a Emenda 29 vai acabar com o SAS, com o Hospital da Polícia Militar e outras coisas mais, é uma decisão do governador.

O que queremos dizer, eu, o deputado André Vargas: apresentamos aproximadamente 15 emendas, tanto no PPA como no Orçamento. Emendas aditivas, substitutivas, retirando aquilo que consideramos como não sendo despesas da área da saúde. Quando tiramos o ParanaSan da área da saúde, tiramos o dinheiro também. Quando tiramos o SAS, tiramos o dinheiro também da saúde.

Para se investir os 12%, tem que alocar recurso novo ou não investir nos 12%: acho que essa que é a decisão. Agora, querer disfarçar o orçamento da saúde colocando despesas que não são da área da saúde não tem cabimento.

E uma outra questão também que colocamos nas emendas, é a questão do recurso da área da saúde estar dentro do Fundo Estadual da Saúde que é uma tese, uma lei, uma defesa que todo setor vem fazendo que o dinheiro da saúde tem que estar no Fundo de Saúde e fiscalizado pelo Conselho Estadual de Saúde.

Então, aí nós temos o dinheiro dos hospitais universitários, que se estiver alocado dentro do Fundo Estadual de Saúde, não há nenhum tipo de problema de distribuir aquele dinheiro através do Fundo, através da Secretaria de Estado da Saúde, como outros programas que estão hoje alocados de forma incorreta dentro do PPA e do orçamento.

Acho que o governador está necessitando talvez de algumas informações a mais, de como funciona realmente o Sistema Único de Saúde, que é gratuito e segue todas as leis de compras e de licitações conforme a 866 recomenda.

Então, seria isso, senhor presidente, é um alerta em cima desse equívoco que o Governador vem cometendo nas suas declarações referentes à Emenda 29, referentes aos investimentos no setor de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A seguir, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje são dois assuntos que vamos enfocar nessa tarde, sem dúvida nenhuma de muita importância para o Estado do Paraná.

Primeiramente, gostaríamos de pedir ao senhor governador que regulamente essa Lei nº 13.957, do ano passado, e que concede também o direito que as multas expedidas no Estado e taxas de estadias de veículos automotores devidas ao Detran possam ser parceladas em até 10 pagamentos. Na verdade, o Governo já sacionou a lei, em partes, liberando o IPVA, fazendo o parcelamento, mas ainda não em relação às multas e ao mesmo tempo em relação às taxas de estadias em Detran e nos pátios da polícia.

Então, queria pedir mais uma vez à Liderança do Governo, o deputado Ângelo Vanhoni que encaminhasse esse pedido ao Governador, para que possa fazer funcionar essa lei e ela possa ser cumprida, porque tem muita gente andando no Paraná hoje, com veículos irregulares e isso se tiver parcelamento automaticamente as pessoas poderão regulamentar. Tem gente devendo quinhentos, seiscentos, mil reais ao Detran e não pode pagar. O que a pessoa faz? Está andando irregularmente com o carro, correndo o risco de levar uma multa de novo e ter apreendido o carro.

Se o governo liberar, regulamentar essa lei, vamos poder pagar em 10 pagamentos. Todas as pessoas que têm dívidas.

Gostaria de fazer esse pedido aqui mais uma vez ao governo, que isso também atende as pessoas mais pobres, as pessoas mais humildes que têm os carros mais simples, são as que mais sofrem. Já fiz dois requerimentos aqui, estou fazendo o terceiro hoje, pedindo que as pessoas que tem multas possam parcelar em até 10 pagamentos, de acordo com a lei que foi aprovada por esta Casa e só depende da regulamentação do governo.

Acho que essa lei é social, vai fazer com que várias pessoas paguem e ao mesmo tempo nós vamos ter condições de ver os carros regularizados e o caixa do Estado vai ganhar mais dinheiro ainda.

Alem disso, estou protocolando nesta tarde uma indicação em que estou propondo ao governo do Estado que autorize a Sanepar a financiar as chamadas fossas.

Hoje todo mundo sabe que essas fossas são muito antigas - as fossas sépticas são utilizadas há mais de cem anos pela população e as pessoas mais pobres não têm como limpar as fossas.

Então, estou encaminhando uma indicação para ir à Sanepar, que me foi oferecida pelo presidente da Associação de Moradores lá do Santa Mônica, em reunião que fizemos, o Eurico, onde ele sugere que o governo do Estado financie a limpeza dessas fossas através da Sanepar; já que a Sanepar não tem esgoto na cidade inteira e nas cidades inteiras do Paraná, que ela possa pagar essa limpeza de fossa a cada dois anos às pessoas mais humildes e fazer o pagamento em dez ou doze pagamentos, de acordo como cobra a água.

Então, isso custaria cinquenta ou sessenta reais a cada pessoa carente teria direito a fazer essa limpeza e pagar em doze pagamentos, o que daria cinco ou seis reais a cada família dessas por mês. Isso vai beneficiar principalmente as pessoas pobres, que têm as fossas e não têm esgoto e que, automaticamente, ganhariam e teriam condições de limpar as fossas, trazendo aí até uma certa tranquilidade, não deixando transbordar as referidas fossas.

Então, é esse o ofício que estou encaminhando, essa indicação, pedindo que a Sanepar atenda esse pedido e atenda essas pessoas mais humildes e que necessitam desse atendimento.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente e senhores deputados.

Venho a esta tribuna para destacar um importante fato para a comunidade do oeste do Paraná, que hoje já é um corredor de exportação e desenvolvimento.

Já é público, mas para nós do oeste do Paraná, é uma questão de orgulho, porque já estão à disposição os editais para os empreiteiros que quiserem participar da concorrência pública da duplicação da Rodovia 467, são as concorrências nº 17/03, do DER e a concorrência nº 15/2003.

Elas referem-se à duplicação da 467, que foi dividida em três lotes e apenas o lote que envolve o contorno da cidade de Cascavel ainda não foi licitado, mas o lote que vai da rua Carlos Lacerda - que é a entrada principal de Toledo para Cascavel - até o Distrito Sede Alvorada está sendo licitado aqui e também o lote que vai de

Toledo até Sede Alvorada. Um lote representa treze milhões, duzentos e oitenta e três mil reais e o outro representa nove milhões, novecentos e noventa e nove mil reais.

Portanto, é uma obra grande que representa a duplicação de uma rodovia importantíssima, porque ali passa todo o corredor que vem do Mato Grosso passa pela região de Toledo e Cascavel, que são as cidades mais populosas naquele trecho, com exceção de Foz do Iguaçu, que é o corredor da 277.

Portanto, é um benefício muito grande, e a comunidade do Oeste do Paraná tem orgulho, no sentido de saber que essa obra será executada, podendo começar já no final do ano ou no começo do ano que, vem, porque a licitação já vai ocorrer.

E também queria destacar, senhor presidente, que estivemos ontem representando esta Casa de Leis, com muita satisfação e orgulho, na cidade do Rio de Janeiro, em um Seminário Nacional sobre Transgênicos.

E cada vez mais estou convencido da decisão do Estado do Paraná e não só a nossa visão, mas a visão de uma boa parte da comunidade científica e de muitos técnicos pelo Brasil afora. Pelo menos lá nós discutimos o tema com a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro e lá foi debatido o tema com profundidade com a questão da legislação que já existe no País.

Então, ontem não estava presente por ter sido designado pelo presidente da Assembléia a representar esta Casa nesse Seminário sobre transgênicos, a nível nacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Inicialmente, quero aqui fazer um agradecimento ao deputado Antonio Anibelli, que ontem, depois que ocupamos esta tribuna, demonstramos a preocupação dos moradores da cidade de Ponta Grossa com relação à distribuição do leite para as crianças, ele fez um contato direto com o secretário da Agricultura para que, o mais rápido possível, possa o município de Ponta Grossa ser integrado dentro desse programa, pois ontem aqui eu salientei que em dois anos dobrou, deputado Rossoni, o número de focos de favelas no município de Ponta Grossa.

Então, deputado Antonio Anibelli, pela sua preocupação, quero agradecer, e esperamos que o mais rápido possível Ponta Grossa possa receber os benefícios desse programa do leite, que até então poucos municípios do Estado do Paraná estão recebendo, tão divulgado durante o período eleitoral.

Mas, senhor presidente, o que nos traz hoje nesta tribuna é a preocupação com relação ao pedágio no

Estado do Paraná. Eu tenho ouvido de deputados, e tenho ouvido de inúmeras pessoas, a articulação que vem fazendo o governo do Estado do Paraná, e eu não quero acreditar, realmente, que isso possa estar acontecendo, que grupos orquestrados pelo Palácio Iguaçu, como o Movimento Sem-Terra e também representantes do movimento União Brasil/Caminhoneiros, estivessem em um processo de articulação para tomarem novamente as praças de pedágio no Estado do Paraná.

O que eu ouço nos corredores da Assembléia e de deputados também? Que uma grande orquestração está acontecendo para que as praças de pedágio possam ser ocupadas por integrantes desse movimento. E aí o governador tomaria uma posição de anular os contratos com as concessionárias; contratos firmados já há quatro, cinco anos atrás entre o Governo do Estado do Paraná e as concessionárias das rodovias no nosso Estado. Contratos perfeitos esses, senhor presidente, porque durante a CPI do Pedágio, comandada pelo presidente deputado André Vargas, ficou claro que os contratos são perfeitos e as concessionárias, na Justiça, com certeza, em um questionamento, vão vencer as posições da Justiça no nosso Estado do Paraná e também do nosso Brasil.

Mas, o que preocupa, é que caso isso venha realmente a acontecer, o governador dando uma canetada anulando os contratos com as concessionárias do nosso Estado, elas vão procurar os seus direitos na Justiça e com certeza na Justiça Federal, e elas vão conseguir, desta forma, deputado Rossoni, retornar os contratos a si, porque como eu falei, são contratos perfeitos. E isso vai fazer com que nós tenhamos, dentro do Estado do Paraná, uma decisão de que as concessionárias venham a reocupar e reassumir as praças de pedágio. E isso vai dar o motivo para o governador Roberto Requião discursar para o povo do Paraná que o papel que ele prometeu na campanha eleitoral, ele cumpriu, que era acabar ou diminuir o preço das tarifas de pedágio no Paraná. Mas, o Poder Judiciário acabou fazendo com que a sua vontade não prevalecesse dentro do Estado do Paraná. Ele cumpriu com a sua obrigação, mas a Justiça fez com que as concessionárias reassumissem os pedágios tirando a sua responsabilidade política daquilo tudo que ele prometeu, lá, no ano passado, e que o ajudou, e muito, a vencer as eleições no Estado do Paraná.

Eu não quero acreditar que tudo isso que eu escuto nos corredores da Assembléia Legislativa venha a acontecer. Eu espero que o Governo do Estado encaminhe uma negociação amigável com as concessionárias, para que possam as tarifas de pedágio serem reduzidas, que é isso que a grande maioria do povo do Paraná quer: um preço menor da tarifa de pedágio. Agora, não uma atitude como essa que eu escuto nos corredores da Assembléia, que o Governo do Estado está tomando uma posição, para lá na frente, ver a posição tomada, voltar atrás por uma decisão da Justiça e alardear aos quatro canto do nosso Estado, que o seu papel ele cumpriu, mas a Justiça fez com que as

concessões continuassem, tirando a responsabilidade do governador!

Vamos aguardar! Não posso acreditar. Está aí no dia 1º, pelo que trazem os jornais, 11% de aumento no pedágio, no Estado do Paraná. Espero que o governador, com muita humildade e tranqüilidade, possa negociar e fazer com que o valor da tarifa de pedágio no Estado do Paraná possa ser reduzido, mas não dessa forma, como escuto nos corredores. Vamos aguardar para ver!

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças:

PL, PSL, PPS, PSB, PTB e PFL.

(**Todos declinam**)

PSDB.

Concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu faria uso do Grande Expediente, no dia de hoje, porque temos aqui vários assuntos a serem abordados.

Poderíamos fazer o uso da palavra por várias horas, se fôssemos fazer um comentário do governo Lula, porque, agora, pelo que sinto, o presidente Lula começa a escalar a seleção deste governo.

No momento em que o presidente da República recebe uma resposta de um simples técnico da seleção brasileira, dizendo: “Cada macaco no seu galho”, fico preocupado com a autoridade do presidente da República. Acredito, sim, que a assessoria do presidente deve estar passando maus bocados com ele, para enquadrá-lo, como ele deve se postar perante a sociedade brasileira e os países que ele tem visitado.

Se fôssemos fazer comentários, aqui, entraríamos no que ele disse na África, quando ele disse que estava perplexo por ter visto uma cidade tão limpa, que nem parecia que ele estava na África. De repente volta para o Brasil e quer escalar a seleção brasileira e recebe uma resposta, que no decorrer do tempo começa a corroer a sua autoridade.

Não é só isso que acontece com o presidente da República. O que faz com que o presidente da República vá perdendo a autoridade, aos poucos, é o que ele dizia e o que ele está fazendo.

Por exemplo, quem não ouviu neste País: “Fora FHC”; “Fora FMI”? Pasmem os senhores, agora estão de joelhos fazendo acordo com o FMI, fazendo mais do que o FMI exige, em cima do sacrifício do povo brasileiro.

Imaginem os senhores, se fôssemos fazer uma pergunta, aqui, aos petistas da Casa, tenho certeza que eles teriam grandes dificuldades de citar quantos e quais são os ministérios do governo Lula e quem são seus ocupantes. Eu poderia pedir aqui aos paranaenses: o que faz Olívio Dutra no Ministério das Cidades? Alguém já ouviu falar de uma medida para melhorar alguma coisa em qualquer cidade deste País? Parece-me que o Rio Grande

do Sul tem uma vantagem sobre os paranaenses; todos os derrotados estão empregados como ministro ou secretário especial do governo Lula.

Mas enfim, eu quero sair do campo federal e vir para o Estado, se for possível, senhor presidente, estou com dificuldade com o som. Deputado Jocelito eu estou sem retorno aqui e por isso começo a falar alto novamente.

Olha, melhorou! Agradeço a equipe do som.

Quero registrar aqui, eu já tinha ouvido, e vi uma matéria que saiu na Gazeta do Povo, e hoje, enquanto cortava o cabelo, fui questionado por um professor, que me disse o seguinte: “Deputado, vocês vão votar favorável ao projeto do Governo do aumento dos professores?” Eu disse: - “Olha, nós não conhecemos o projeto, mas tudo que vier de benefício para os professores, nós seremos favoráveis.” E eu li a matéria na Gazeta do Povo e quero pedir ao presidente desta Casa, que tão logo este projeto chegue à Casa, que V. Exa., encaminhasse a este parlamentar, porque os números que a Gazeta do Povo traz, farão com que, pela primeira vez, o governador Roberto Requião receba da minha pessoa uma palavra de aplauso. Segundo a Gazeta do Povo, o aumento aos professores do Paraná será de 90 a 110%. Quero dizer que estarei aqui aplaudindo o governador, se numa eventualidade ele vier a dar este aumento, merecido, que os outros governantes poderiam ter dado e não deram.

Mas, senhor presidente, só para registro ao líder Ângelo Vanhoni, eu não sei se ele está na Casa. Ah, está sim! Deputado Vanhoni, eu gostaria que V. Exa. como líder, e muitas vezes quando fui líder, V. Exa. também me questionou, fez pedido ou fez um alerta. E eu quero fazer-lhe um alerta, e que V. Exa. levasse, não é uma crítica, mas uma observação do que está acontecendo no Porto de Paranaguá, eu vou me aprofundar. Porto de Paranaguá!

Em nome dos empresários exportadores do Paraná, e não quero entrar apenas no setor agrícola, o porto de Paranaguá hoje não está funcionando! Caminhões ficam parados, dois, três dias, não os carregados com soja transgênica, está paralisado o porto! Há falta de competência administrativa. Alguma coisa errada, tem no porto de Paranaguá! Não adianta o espetáculo do crescimento acontecer, ora, nós estamos em recessão e o porto não consegue dar dinamismo ao seu trabalho, imaginem se acontecer o espetáculo do crescimento que o Lula está falando! Aí, na verdade, não sei o que vai acontecer ao porto de Paranaguá!

Se formos hoje fazer um levantamento junto às empresas exportadoras, vamos ver que muitas delas estão exportando pelo porto de Itajaí, de São Francisco, por inoperância do porto de Paranaguá! Estou colocando isso porque é uma crítica séria e que prejudica a economia paranaense.

Era isso, senhor presidente, as outras questões eu vou deixar para outro dia, porque na verdade, se fôsse-

mos aqui relatar as viagens da Benedita e outras coisas, teríamos muito mais tempo a ser usado.

Muito Obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Só para parabenizar o deputado Valdir Rossoni pelo pronunciamento, e dizer que esse assunto já havíamos abordado na semana passada, essa nossa preocupação, em relação ao Porto de Paranaguá.

E parabenizar, já que o deputado usou o horário do PSDB, pelo belo programa que foi colocado no ar ontem em rede estadual pelo PSDB. Uma pena que os deputados não puderam se manifestar. Mas, muito contundente as declarações do senador Álvaro Dias, com críticas severas ao atual governador do Estado, Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Hoje a Assembléia Legislativa vota uma lei que dá poderes ao Executivo, para que cumpra a Constituição Federal e a Estadual, no que cumpra a Constituição Federal e Estadual, no que diz respeito à movimentação bancária, tendo em vista que a Constituição Federal determina que o dinheiro público deve estar em banco público. E, tendo em vista que a Assembléia Legislativa, no período passado, teria votado a Lei 12909, onde permitiu que o Banco do Estado fosse vendido, já com a inclusão no edital de exclusividade para o banco privado, por 5 anos. Estranhamente, 3 anos antes de vencer esses 5 anos, o antigo governo acabou renovando até 2010, e hoje estaremos votando a extinção daquela Lei 12.909. E votando uma lei dando ao Executivo a obrigação de que, quando quer depositar dinheiro num banco particular, deve antes fazer uma concorrência pública para saber qual o banco que se dispõe a dar mais vantagens à população do nosso Estado.

De forma que era esse o comunicado que eu queria fazer à Casa e contar com a colaboração dos senhores deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PT.

Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, em nome da Liderança do PT, não poderia deixar de manifestar em função do que o Líder do PSDB declinou em relação ao presidente Lula, liderança internacional reconhecida, que está inclusive juntando os países que são muitas vezes excluídos pelo capital econômico, uma liderança que não vi presidente nenhum que liderasse tantos países e com reconheci-

mento internacional. O governo Lula está cumprindo os compromissos de campanha.

O governo Lula dizia na campanha que iria honrar os compromissos com a questão internacional. E está honrando e não falou diferente, isso está no programa, está nas cartas que tornou público à imprensa brasileira e à comunidade brasileira. O governo Lula está empenhado com as reformas, está fazendo o possível e articulações políticas necessárias para fazer as reformas que são necessárias e possíveis. A composição do Congresso Nacional, as alianças com os Partidos que dão sustentação, também foi feito para dar uma maioria política. Mas mesmo assim, quer que as reformas ocorram neste ano. Há dificuldades, sim, há também uma infinidade de interesses que lá são tencionados e a gente sabe o quanto é difícil. A via democrática é a via que nós realmente optamos e sempre vamos defender. E esperamos que as decisões mais importantes deste País com relação à reforma da Previdência e Tributária ainda saiam este ano.

Portanto, o governo Lula tem autoridade suficiente para representar, liderar, e para fazer as mudanças que o Brasil precisa. É natural, e recebemos com muita atenção as críticas e não vamos falhar na questão da democratização do Estado, que é a grande vontade do Lula em fazer as reformas que o Brasil precisa. Agora, milagre nós não prometemos para ninguém, de forma alguma. Queremos mais justiça social, e existe uma infinidade de programas que já foram lançados e os resultados serão vistos aos olhos de toda população brasileira a médio e longo prazo. Isso não pode ser percebido a curto prazo, todo mundo sabe disso e aqui a imprensa, os líderes políticos também sabem. E a Oposição sempre é bem-vinda e a Oposição séria deve ser respeitada.

Senhor presidente, nós acompanhamos, com a deputada Luciana, o deputado Ademir Bier, o deputado Reni Pereira, Chico Noroeste, deputado Dobrandino, infelizmente o deputado Dobrandino, por estar com problemas de saúde, estava em repouso. Nós acompanhamos essa Comissão Nacional e essa Comissão que designei aqui, acompanhou a Comissão Federal para ver a situação do Parque Nacional.

Nesse sentido, ouvimos a comunidade, visitamos o Bispo de Foz do Iguaçu, visitamos o Ministério Público Federal daquela cidade, visitamos os colonos, os agricultores e ouvimos os seus depoimentos.

Concedo um aparte à deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin

Gostaria de contribuir com o que V. Exa. está colocando na tribuna, informando os deputados. A nossa Comissão foi composta nesta Casa, uma Comissão externa para acompanhar de perto toda a problemática da questão da Estrada do Colono. Desde já agradecemos aos deputados que lá compareceram. Quero justificar também a ausência do deputado Dobrandino, que estava hospitalizado. E acredito que o que nós vimos lá na companhia dos deputados federais que compõem a Comissão: Osmar

Cerargro, que preside a Comissão, deputado Assis do Couto, deputado Eduardo Seara, deputado Luis Carlos Hauly. Esses deputados estiveram acompanhando todo o processo, a discussão, as audiências que tivemos juntamente com o senador Flávio Arns. Pudemos ver de perto toda a problemática que envolve hoje a questão da Estrada do Colono. Foi ouvido bastante, colhido um monte de sugestão.

Acredito que agora, no que tivermos em mãos mais documentos, que foram solicitadas mais informações do Ibama, acredito que devemos encontrar uma solução para o caminho do colono, para a Estrada do Colono. É difícil nessa hora dizer que a estrada vai ser aberta a qualquer custo, mas é difícil dizer que não pode ser feito nada na situação em que se encontra hoje.

Então, precisamos, é claro, buscar uma saída juntos. Nós sabemos que compete muito mais à Comissão Nacional, à comissão de deputados federais do que à nossa própria, de deputados estaduais.

Mas nós podemos reforçar e buscar uma solução para essa problemática. E a gente espera que tão logo encontre uma saída até para dar uma resposta ao povo que vive nos municípios em torno do parque, que vive numa situação difícil, querem ser amigo do parque, mas hoje se encontram numa situação de revolta, e quase se tornando inimigos do parque.

Então, precisamos ajudar a encontrar uma solução o quanto antes, para que essas pessoas continuem contribuindo, cuidando do parque e ao mesmo tempo, podendo usufruir desse parque, mas com todo o cuidado que a lei ambiental exige. Não queremos ir contra as leis, de forma alguma, principalmente no tange à preservação ambiental, mas também queremos que a população de lá seja ouvida e seja respeitada.

Obrigada!

O SR. ELTON CARLOS WELTER

O que a comissão externa da Câmara dos Deputados quer, e esta Assembléia Legislativa Estadual também quer, é que se ache um caminho. E se fala numa eco-estrada, que concilie a questão ambiental, que se respeite, e que inclusive se ache fundos para conservar o Parque. E aliás, teve um testemunho - só para finalizar - de um agricultor de 68 anos de idade, que testemunhou que nos idos de 60, ele inclusive, expulsaram madeireiros daquela região, porque estavam derrubando o Parque. E ele confirmava que o Parque está lá porque os colonos sempre cuidaram dele e nunca lá colocaram fogo, como muitos parques por aí, mal resolvidos no Brasil, e que acontece ano a ano, em épocas de estiagem.

Portanto, o Parque está lá, porque os colonos cuidam. E eles serão os grandes parceiros para que o Parque permaneça íntegro. Queremos, portanto, uma eco-estrada. Essa é a visão da comissão externa da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Paraná, que foi unânime em designar vários membros desta Casa de Leis. Inclusive, não foi citado o deputado Traiano, que

também é membro desta Comissão e o deputado Augustinho Zucchi, que também foi convidado e participa e defende ativamente. Naturalmente, os deputados todos da região, sem exceção, defendem. E naturalmente esta Assembléia foi unânime nesta questão.

Para finalizar, como estou falando no horário da Liderança do PT, a direção do PT também tem uma resolução interna, já de muitos anos atrás, que quer uma abertura ecologicamente correta, numa estrada como a Estrada do Colono.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença, no dia de hoje, do vereador Gerson, de Rio Negro, que hoje está acompanhando a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário destinado ao PMDB, concedemos a palavra ao deputado Vanderlei Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ocupo esta tribuna para, em primeiro lugar, tecer alguns comentários sobre nossa viagem ao Japão, juntamente com os deputados Luiz Nishimori e Nereu Moura, dizer que ali tivemos contatos produtivos e inclusive queremos informar a esta Casa que hoje já está no Paraná uma comitiva com 15 empresários do Japão, da província de Shizuoka, que vieram ao Paraná para conhecer e adquirir os produtos paranaenses, o que enche nosso coração de alegria, porque afinal de contas estamos conseguindo abrir novos caminhos para o comércio do nosso querido Estado do Paraná.

Agora, o motivo que me traz aqui é para comunicar ao Plenário que estou protocolando à Mesa desta Casa de Leis, uma indicação legislativa dirigida à América Latina Logística, a ALL, e também um requerimento e um pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, através da Coordenação da Receita Estadual, para que esclareça alguns fatos estranhos.

Em relação à ALL, senhor presidente e demais pares, tem causado certa estranheza à minha pessoa, alguns fatos que estão acontecendo com algumas empresas paranaenses que utilizam ou utilizaram-se dos seus serviços. Fui procurado pela empresa paranaense Cimento Paraná - Ciparaná, do município de Colombo, que possuía contrato com a ALL, no transporte ferroviário da matéria-prima para produção de cimento vindo do Uruguai.

Havia um contrato no transporte desta matéria-prima, e de repente começaram a surgir algumas dificuldades na prestação deste serviço. Pessoalmente fui com a direção da Ciparaná em reunião com a direção da ALL, para esclarecimentos dos fatos e a continuidade do contrato com essa empresa que gera empregos e contribui

para o crescimento e desenvolvimento das indústrias em nosso Estado.

Senhor presidente, depois da reunião, para minha surpresa houve uma paralisação total no transporte e o cancelamento no contrato, sem uma justificativa aceitável, pois a Ciparaná sempre honrou os pagamentos aos serviços prestados pela ALL, apesar de terem sido reajustadas as tarifas em diversas oportunidades e a disponibilidade de vagões para realização do transporte.

Diante disso, estou protocolando esta indicação legislativa, para que seja reativado este contrato, pois o Paraná precisa de indústrias que gerem empregos, paguem seus impostos em dia e ajudem a crescer e desenvolver este Estado. Inclusive, a minha pergunta é a seguinte: quais os motivos reais para tal atitude da ALL? Quem está por trás desse cancelamento de contrato? Afinal de contas, eles precisam faturar? Eles têm os vagões e a empresa está disposta a pagar o preço justo e eles não querem esse contrato! Queremos essa informação, para que possamos passar para uma empresa paranaense que está gerando impostos no Estado do Paraná.

O segundo assunto, é em relação aos critérios adotados pela Receita Estadual enquanto da fiscalização de algumas empresas, em especial a fiscalização ocorrida no dia 11 de novembro, justamente na empresa Cimentos Paraná. Pois o fato de estarem designados auditores da Receita Estadual de Curitiba, e não fiscais da Receita Estadual, todos no município de Colombo, onde está a empresa, é, no mínimo, estranho.

Por isso, estou apresentando um pedido de informações e solicito o apoio dos senhores deputados, para a aprovação deste requerimento. Não podemos aceitar que as nossas empresas paranaenses sejam deixadas de lado, para atender interesses de outras empresas multinacionais, ou seja, de outros Estados e não gerar aqui no Paraná os devidos impostos e os devidos empregos que tanto buscamos para o nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Por solicitação do deputado Natálio Stica, agradecemos e registramos a presença dos seguintes vereadores: Ede Bucanski e Rose Maria da Silva da Luz, de Telêmaco Borba.

Consulto as Lideranças do Governo e da Oposição. **(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 125/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando programa de Limpeza de Fossas Sépticas para população de baixa renda que resida em locais em que

não haja serviço de esgoto. **À Comissão de Finanças e Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.**

Indicação Legislativa nº 126/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen constante do expediente, sugerindo a reativação do contrato de transporte ferroviário entre a América Latina Logística e a Empresa Paranaense Cimento Paraná - **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Projeto de lei complementar, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2648, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria da justificativa da inversão total da Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Justificar**)

Um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o requerimento do deputado Neivo Beraldin. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/2003, de autoria da CPI - Banestado. Fica o Poder Executivo proibido de iniciar, renovar ou manter em regime de exclusividade, com qualquer instituição bancária privada o que especifica, sem a realização de respectivo processo licitatório e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2003, de 29.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 655/2003

Histórico

O Projeto de Lei nº 655/2003, de autoria da CPI do Banestado, fica o Poder Executivo proibido de iniciar,

renovar ou manter, em regime de exclusividade com qualquer instituição bancária privada o que especifica, sem a realização de respectivo processo licitatório, e adota outras providências.

Fundamentação

A Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, assim dispôs em seu artigo 4º, parágrafo 1º.

“Art. 4º - *omissis*

§ 1º - As disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos órgãos ou das entidades do poder público e empresas por eles controladas poderão se depositadas em instituição financeira submetida a processo de privatização ou na instituição financeira adquirente do seu controle acionário, até o final do exercício de 2010.”(grifo meu)”.
Deste modo, a medida provisória autorizou que a instituição financeira do controle acionário de bancos estatais viesse também a gerenciar as contas do Estado.

Todavia, isto não é uma obrigação, podendo o Estado manter a contas dos depósitos do sistema de arrecadação em outra instituição financeira que não aquela adquirente do banco estatal.

O projeto de lei vem a criar a figura da licitação para a escolha da instituição financeira que venha a gerenciar as referidas contas, objetivando que o Estado contrate com a instituição financeira que melhores condições ofereça para a prestação dos serviços, preservando assim o interesse público.

Desta forma, o projeto não apresenta qualquer óbice legal ou constitucional.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 655/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra da CPI do Banestado, que proíbe o Poder Executivo de iniciar, renovar ou manter, em regime de exclusividade, com qualquer instituição bancária privada o que especifica, sem a realização de respectivo processo licitatório, e adota outras providências.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com que preceitua o artigo 33, em seu parágrafo

3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator, analisando a matéria, que a medida é por demais justa e irá determinar que seja realizado processo licitatório, demonstrando lisura, moralidade, transparência no trato da coisa pública.

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação para Vida sem Drogas, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 612/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Mauro Moraes, declara de Utilidade Pública a Associação Para Vida Sem Drogas, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública a Liga Desportiva Oeste Paranaense, com sede no município de Goioerê e foro na comarca de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 081/2003, de 13.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 604/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública a Liga Desportiva Oeste Paranaense com sede no município de Goioerê e foro no município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que cria Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2003, de 01.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 498/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por finalidade criar o Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 498/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei é da lavra do deputado Hermas Brandão, que tem por finalidade criar o Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré.

Como podemos observar, a Comissão de Constituição e Justiça já emitiu quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, em seu parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator, analisando a matéria, que tal propositura irá trazer vários benefícios para a população do município e de toda a Região Metropolitana de Curitiba.

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA
E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 498/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo criar o Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré.

A proposição já recebeu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, quanto à constitucionalidade, legalidade e ao mérito financeiro, chamada a opinar esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, no âmbito de sua competência, apresenta seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela, e tendo em vista que o Instituto Ambiental do Paraná realizou vistoria, com apoio da Ecoparaná, afirmando que o local reúne vantagens para a criação do Equipamento Público de Lazer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.2003.

(a) WALDIR LEITE - Presidente e Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2003, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do bairro Elias Farajala Bacila, com sede e foro no município de Palmeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 047/2003, de 10.06.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 335/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Luiz Accorsi declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do bairro Elias Farajala Bacila, com sede e foro no município de Palmeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefí-

cios para doadores de sangue e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 292/2003

P A R E C E R :

Versa o Projeto de Lei nº 292/2003, de iniciativa do deputado Mauro Moraes, sobre benefício para doadores de sangue e dá outras providências.

Ressalta-se que tal iniciativa é louvável e pertinente, considerando que se pretende ampliar o número de doadores de sangue, fato este que vem ao encontro de uma necessidade de nossa sociedade, pois inúmeras pessoas acabam por morrer por falta de sangue disponível nos bancos de sangue. Cabe salientar que, por ser um ato de elevada solidariedade humana, deve ser de alguma forma reconhecido e analisado com a devida atenção!

Esclarece-se que recentemente tramitou e foi promulgada a Lei nº 13.964 de 20.12.2002, a qual versa sobre matéria semelhante, concedendo desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue, não tendo sido encontrado na ocasião nenhum empecilho constitucional para o seu devido prosseguimento. Tendo em vista tal lei, é necessário apresentar uma emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 292/2003, a fim de suprir o inciso III do artigo 1, por tratar da mesma matéria já existente na Lei nº 13.964, conforme emenda supressiva e justificativa em anexo.

Diante do exposto, o presente projeto não encontra óbice para a sua normal tramitação, estando apto a prosseguir pelas Comissões competentes regimentalmente a se manifestarem sobre a aprovação do mesmo, diante do quê esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 292/2003, encaminhando em anexo emenda supressiva e respectiva justificativa.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 292/2003

Suprime-se o inciso III, do artigo 1º do Projeto de Lei nº 292/2003, em função da Lei nº 13.964, de 20.12.2002, que já estabelece desconto em eventos culturais artísticos para doadores de sangue.

Passa o artigo 1º do Projeto de Lei nº 292/2003 a conter somente três incisos, como se segue:

“Art. 1º - Aos doadores de sangue para o órgão público estadual de saúde, serão concedidos os benefícios abaixo:

I - o mesmo atendimento dispensado aos idosos em fila de bancos;

II - o mesmo benefício concedido aos idosos no âmbito da Justiça Estadual, com relação à prioridade;

III - pagamento de 70% (setenta) por cento em passagens no transporte coletivo.”

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 292/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Mauro Moraes, dispõe sobre os benefícios para doadores de sangue e dá outras providências.

Tal proposição visa criar benefícios para os doadores de sangue que vão desde a prefeitura em filas de banco até descontos em casas culturais e comerciais.

Fundamentação

É louvável a iniciativa do autor, entretanto, entendemos que a doação de sangue é uma ação de solidariedade e cidadania absolutamente importante para a preservação de vidas e para a sociedade como um todo e que por este motivo não devem ser oferecidos benefícios como recompensa.

A Secretaria de Estado da Saúde, bem como o Conselho Estadual da Saúde, se manifesta no sentido de que uma lei desta natureza poderia mais criar problemas do que aumentar o número de doadores de sangue. Citam como exemplo a Lei nº 13.964, que autoriza a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casa de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado do Paraná, a qual está criando inúmeros problemas junto aos serviços de hemoterapia.

A doação voluntária calca-se na espontaneidade, na ausência de pressões sociais, emocionais e resulta em produtos sanguíneos de maior segurança com uso racional dos recursos laboratoriais de investigação.

Pois, a doação de sangue é caracterizada por um ato de solidariedade, uma ação voluntária e consciente com a finalidade de salvar vidas. Doar sangue é muito mais que doar um tecido vivo, o sangue representa a única maneira de manter vivo um indivíduo que necessita dele. Doar sangue não tem preço; o sangue não pode ser comercializado. A recompensa do doador só acontece quando uma vida é salva pela sua doação. Apenas a alegria de ver um homem que foi curado com o seu sangue, pode pagar o doador. Com a concessão de benefícios, a doação deixaria de ser um ato solidário para virar uma mercadoria.

O que se faz necessário, são campanhas permanentes para a atração de doadores, pois a população deve de

ter consciência de que não se faz doação de sangue só para atender amigos ou parentes ou em troca de benefícios, mas por questão de solidariedade.

Conclusão

Diante do exposto, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer contrário ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.09.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes ou similares a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 31/2003, de 12/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 254/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 254/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes ou similares a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbice de natureza ou constitucional.

O Estado possui competência para legislar sobre a matéria nos termos do artigo 24, inciso VI da Constituição Federal.

Ainda segundo os artigos 12 e 207 da Constituição Estadual:

“Art. 12 - É de competência do Estado, em comum com a União e os municípios;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição e qualquer de suas formas;”

“Art. 207 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 254/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre as empresas produtoras de disquetes ou similares para uso em computador instaladas no Estado do Paraná ficam obrigadas a criar e manter Programas de Recolhimento, Reciclagem ou Destruição do produto, sem causar poluição ambiental.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a sua constitucionalidade e legalidade.

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha o entendimento do autor, que temos o dever de evitar que os disquetes e similares causem danos à natureza, colocando as empresas partícipes dos processos de fabricação e comercialização como responsáveis pelo recolhimento e pela destruição dos disquetes inválidos, estaremos contando com mais um aliado economicamente poderoso para a preservação do meio ambiente e alertando os usuários de disquetes para os prejuízos que poderão causar à qualidade de vida em nosso planeta.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 254/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 254/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Edson Praczyk, o projeto em epígrafe tem por finalidade obrigar as empresas produtoras de disquetes ou similares, para uso em computador, a criar e manter Programa de Recolhimento, Reciclagem ou Destruição do Produto, sem causar poluição ambiental.

Consoante a justificativa do autor, os referidos materiais possuem, em sua composição, substâncias que levam anos para se decompor naturalmente, contribuindo para causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

A preocupação do autor é procedente, já que, conforme assinalado pela Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, as Constituições Federal e Estadual garantem a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade e o dever de defendê-lo.

Por essa razão, manifestamo-nos favoravelmente ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) WALDIR LEITE - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que disponibiliza vagas gratuitas nos Centro de Formação de Condutores e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que inclui na área de abrangência da Ciretran de Manguieirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP.**

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de uma informação da Mesa.

Em conversação com o ilustre deputado Artagão de Mattos, fui informado que o mesmo encaminhou à Mesa uma emenda a esse projeto. Então, gostaria de saber dessa Presidência, se está tramitando a emenda na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Só li aqui o inicial. Há uma emenda supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Artagão Júnior, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 369/2003**

Ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 369/2003, cuja redação estabelece que “fica incluído na área de abrangência da Ciretran de Manguieirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica incluído na área de abrangência da Ciretran de Manguieirinha, o município de Honório Serpa.”

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoioamento:

Geraldo Cartário, Vanderlei Iensen, Neivo Beraldin e Delegado Bradock.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ E COPTC. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, após a votação das emendas, eu gostaria de fazer um registro sobre o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação as emendas. **Aprovadas.**

Concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni, para sua declaração de voto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, quero registrar o meu voto com relação ao item 2 - 3ª discussão do Projeto de Lei nº 665/2003, de autoria do Poder Executivo, que adota critérios para escolha de diretores de escolas. Ontem fiz um registro e hoje faço novamente.

Quanto à questão da eleição, sou contrário à eleição de diretoria. Acredito que seria muito melhor para o funcionamento das escolas públicas que...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, estamos discutindo o item 3 da pauta: 2ª discussão do Projeto de Lei nº 016/2003.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, desculpe-me.

Então, permita-me deixar registrado, porque estou com viagem marcada, por isso da minha pressa.

Quero deixar registrado o meu voto contrário ao item nº 2, a escolha de diretores no ensino escolar.

Que fique registrado nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Querida um esclarecimento do ilustre presidente. Nós já votamos o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já votamos o projeto e as emendas, inclusive.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Todas as emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Todas as emendas.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Então, desculpe, mas eu queria fazer a minha colocação, porque diz o ditado que quem não presta atenção é vencido.

Na verdade, eu queria deixar a minha posição, senhor presidente, de ser contra este projeto. Não podemos, de maneira nenhuma, engessar a administração pública. Um projeto como esse é um absurdo!

Queiram me desculpar os deputados, porque na verdade eu não votei, porque pensei que iríamos votar.

Não podemos, para toda obra que o Executivo queira realizar, fazer um plebiscito e consultar a população. Por que nós elegemos um governador? Por que nós elegemos um prefeito? Por que nós elegemos presidente da República?

Vivemos em uma democracia, e no momento que depositamos o nosso voto, damos uma autorização para aquele mandatário executar as obras necessárias.

Faço parte da Oposição, mas tenho coerência! Não podemos engessar, não podemos paralisar, não podemos amarrar a administração pública. Não podemos aprovar esse projeto.

É a minha posição, senhor presidente!

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, para justificar o voto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas reiterando o seguinte: é para justificar o voto, mas foi votado por unanimidade.

O SR. ELIO RUSCH

Nós estávamos conversando com o deputado Fernando Ribas Carli...

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, desculpe, deputado!

Quero, na realidade, fazer um esclarecimento ao Plenário e fazer uma solicitação aos senhores deputados e não quero atrapalhar a Questão de Ordem do deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Eu estava justificando o voto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Então, gostaria apenas de dar um esclarecimento, senhor presidente.

O projeto do qual o deputado Ribas Carli faz referência, a orientação para a Bancada e para os senhores deputados é para votar contra este projeto e ele foi aprovado! Na realidade, amanhã esse projeto virá em 3ª discussão e nós vamos votar contra esse projeto - ele vai ficar sem a 3ª votação, e se necessário, vamos entrar com um projeto de decreto legislativo para anulá-lo, porque inviabiliza a administração na República. Ele não tem conteúdo do ponto de vista jurídico do estado de direito, que fundamenta a ação do Poder Executivo.

O deputado Ribas Carli está correto.

Esse é um projeto de um deputado do meu Partido, mas que não está corretamente bem conceituado, e por isso, a recomendação do governo é para ser contra esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, só para justificar a votação que já ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas veja bem: V. Exa. vai justificar o seu voto a favor?

O SR. ELIO RUSCH

Contra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas então, tinha que ter justificado no momento da votação.

Mas, tudo bem, a presidência lhe concede um tempo para dizer, então, que o senhor volta atrás no seu voto.

O SR. ELIO RUSCH

Da mesma forma que como o Líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, tem se manifestado, nós estávamos conversando na Bancada da Oposição e, infelizmente, como houve uma inversão na Ordem do Dia, realmente atrapalhou a sequência e o acompanhamento dessa votação.

Mas, independente da nossa posição política, para que fique registrado nos Anais da Assembléia, não é concebível que o Poder Legislativo queira proibir o Executivo de realizar uma obra. O maior plebiscito que se faz em relação à administração pública é o voto, e no Brasil nós temos dois turnos: se ninguém atingiu 50% no primeiro turno, tem o segundo e isso aconteceu na última eleição. Ora, governador é nosso opositor, mas ele foi eleito pela vontade popular e nós jamais poderemos, aqui na Assembléia Legislativa, fazer com que o governo, quando queria fazer uma obra de vulto, que consulte a população.

Então, não precisa ter mais eleições para eleger o governador, presidente da República e nem prefeito!

Infelizmente esse projeto passou, mas amanhã tenho certeza que os deputados da Oposição, como já disse o próprio deputado líder do Governo, vão rejeitar esse projeto. Isso não é concebível! Isso é querer fazer politicagem e até, desculpe-me e perdoe-me o autor desse projeto, mas não é concebível que o Poder Legislativo queira fazer com que o Executivo tenha que fazer um plebiscito quando quiser fazer obra de vulto no nosso Estado.

Sou Oposição ao governo do Estado, nós integramos a Oposição, mas através desse nosso gesto, que fique claro e fique transparente que nós fazemos uma oposição justa, correta, com respeito, e acima de tudo o respeito que nós temos com o Executivo, esperamos que ele também tenha com a Bancada da Oposição!

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, na mesma linha de raciocínio do deputado Elio, do deputado Carli, do deputado Plauto, entendemos que esse projeto do deputado Tadeu Veneri está, já se cometeu um erro inicial quando da sua apresentação.

Entendo que, além de engessar o Poder Público, o Executivo Estadual, a Assembléia está cometendo um equívoco, através desse projeto, se aprovado for, estaremos tendo a ingerência administrativa do Poder Executivo que fere princípios constitucionais. Nós podemos sugerir alguma coisa, mas não manetear o Poder Público da forma como estamos, se formos aprovar esse projeto.

Já fui prefeito, conheço muito bem a prática e o exercício da administração pública. Por essa razão, também coloco aqui a minha posição, mesmo sendo contrário ao atual governo, mas tem que se respeitar a vontade popular que elegeu o governador para tomar a decisão que bem entender, executar o seu programa de governo. E a Assembléia não tem o poder de cercear o direito da população paranaense de fazer com que o seu governador tome as decisões que pretenda tomar.

Por isso, sou contrário também a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre este projeto a Mesa não vai mais aceitar declaração de voto, porque já foi votado, poderá ser feita a argumentação no momento em que ele voltar para a pauta. Não poderá ser feito sobre esse projeto justificativa de voto, porque seria incoerência da nossa parte, só se for para justificar voto a favor, aí a Mesa vai aceitar.

Com a palavra, o deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, apenas para deixar registrado que nós votamos ontem e foi aprovado, como bem disse o líder, aqui, também, pela maioria dos votos. E hoje eu só me surpreendo, senhor presidente, porque hoje é o mesmo projeto de ontem.

A CCJ deu parecer favorável, todas as demais comissões deram parecer favorável. Na verdade, eu não sei se houve um equívoco coletivo ou se não está havendo a leitura do projeto no que se pretende.

Ninguém pretende em absoluto, manetear o governo, ninguém, pretende, em absoluto, que o governo haja; o que se faz, e parece que não é essa a compreensão, mas o que se faz é buscar, trazer para a sociedade mecanismo de consulta que é usado no mundo inteiro. Talvez, nós estejamos duzentos anos atrás! Tudo bem, respeitamos. E respeitamos, inclusive, o voto da Assembléia.

Agora, alguns argumentos que estão sendo usados aqui, senhor presidente, deveriam ter sido usados ontem, eles não podem ser usados hoje até de uma forma, me perdoem, às vezes “chula” e “grosseira”. Acho que a pessoa que votou ontem, de ontem para hoje, talvez tenha mudado de opinião, mas a maneira como está sendo colocado, eu acho bastante equivocada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre o projeto, o item nº 03, volto a afirmar, a não ser que seja para manifestar o voto favorável, não há discussão sobre o projeto.

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente, eu só gostaria de saber, com relação ao item 09, se já foi votado. Eu só gostaria de dizer que da mesma forma que o meu voto na CCJ foi contrário, eu gostaria de registrar aqui também que o meu voto é pela inconstitucionalidade do projeto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está registrado.

Com a palavra, o deputado Artagão, pela ordem.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, eu gostaria de destacar e agradecer a presença do vereador Amarildo, do município de Kaloré, nosso companheiro que hoje nos prestigia com a sua presença e também mais o restante dos companheiros que lá do município vêm nos prestigiar nesta tarde.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Senhor presidente, da mesma forma que o deputado Chico Noroeste, por uma questão de coerência da nossa postura na Comissão de Constituição e Justiça, lá declinamos voto contrário ao Projeto, entendendo que deveria vir na forma de indicação legislativa. E nós nos posicionarmos desta forma estendendo que o mérito do Projeto será discutido no dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado, mas quero alertar a V. Exa. e aos demais parlamentares, que isso já é matéria vencida não é mais motivo de discussão ou registrar o voto.

Com a palavra o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu gostaria de dizer que também votei favorável a esse projeto, porque acho que é de suma importância para o Paraná, neste momento.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2003, que objetiva definir critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda, com voto contrário do deputado Valdir Rossoni.**

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que institui o serviço Voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com apro-

veitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 019/2003**

P A R E C E R :

As emendas supressivas ao Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, têm por desígnio suprimir os artigos 10 e 12 do Projeto de Lei nº 019/2003, do seguinte teor:

“Art. 10 - Fica estipulado ainda que em caso de concurso público, os voluntários terão direito adquirido em pontos em relação aos demais candidatos não voluntários.”

“Art. 12 - Com referência ao artigo 7º onde dispõe das atividades dos voluntariados, fica a critério dos comandantes da Polícia Militar e do delegado geral inserir outras atividades aos voluntários quando entenderem que os mesmos estejam aptos a desempenharem sem colocar em risco os princípios básicos da segurança, tanto da população como do próprio voluntário.”

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade da emenda, fazendo fulgurar que esta supressão necessita da alteração na numeração do projeto original.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Elton Carlos Welter, Vanderlei Iensen, Elza Correia, Chico Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vamos votar nesta Sessão o projeto, ressalvada a emenda.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Deixamos de votar o requerimento do deputado Rafael Greca, que está pedindo para marcar uma Sessão Extraordinária, no dia 28 de abril de 2004. No ano que vem iremos votar.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2646, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2647 e 2650, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2649, 2651 a 2656, e 2668, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2658 e 2659, 2680 e 2681, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2660, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2661, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2664 e 2665, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2667, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2669, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2670, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2671 e 2672, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2673 a 2675, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2676, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2677, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2682, de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2683, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 515, 517, 522, 569, 571, 582, 595, 596, 603 e 655/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 019 e 335/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 254, 292, 498, 604 e 612/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 494, 539/2003; e do Projeto de Resolução nº 020/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 119/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 391/2003

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 6 de setembro de 2003, data em que completou setenta (70) anos de idade, AVELINO CAMILO CORRÊA, matrícula nº 40015, funcionário desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, nos termos do artigo 35, inciso II, da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de cinco (05) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70 e, gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral, assegurada pelo disposto no artigo 3º, da Lei nº 6794/70 e, Ato da Comissão Executiva nº 223/2000, resultando em proventos mensais conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

(Prot. nº 7209/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 392/2003

Conceder aposentadoria por invalidez, a CLEUSA FERNANDES, matrícula nº 40623, funcionária deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de agente administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, do artigo 40 da Constituição Federal, combinado com os artigos 139, 224 e 235, da Lei nº 6174/70, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70 e, gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral, assegurada pelo artigo 3º, da Lei nº 6794/76 e Ato da Comissão Executiva nº 232/2000, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 12, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

(Prot. nº 7477/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.11.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 393/2003

Mandar revogar o Ato da Comissão Executiva nº 223/96, datado de 16 de outubro de 1996, que concede aposentadoria por invalidez, à funcionária EONÉZIA VARELLA CARDOSO, matrícula 40351, em cumprimento ao teor

da Resolução nº 4596/2003, data de 14 de agosto de 2003, do egrégio tribunal de Contas do Estado do Paraná.

(Prot. nº 7494/2003 e 7617/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12.11.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 394/2003

Conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA DE LURDES BIZETTO, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, amparada pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do parágrafo 3º, do artigo 243 das Disposições Constitucionais Gerais, da Constituição do Estado do Paraná, e artigo 2º da Lei Estadual nº 8425/86, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação estabelecida pelo artigo 4º, da Lei Complementar nº 51/90, e mais trinta e cinco por cento (35%), referente a sete (07) adicionais, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º, da supra mencionada Lei Complementar, resultando em proventos de inatividade de fls. 16, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

(Prot. nº 9001/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 064/2003

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8599/2003, datado de 25 de outubro de 2003, deste Poder,

R E S O L V E :

Constituir Comissão de Sindicância, composta pelos procuradores: HELENA REGINA MORO, mat. 076, HILTON RONALD ALICE, mat. 044 e MARCO ANTONIO MARCONCIN, mat. 146 para, sob a presidência do primeiro, apurarem as denúncias constantes do processo protocolado sob o nº 8599/2003.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.11.2003.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na Biblioteca da Assembléia Legisla-

tiva do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do senhor deputado Waldir Leite e com a presença dos seguinte deputados: Padre Paulo Campos, Elza Correia e Duílio Genari. O senhor presidente declara aberta a presente reunião apresentando a pauta na seguinte ordem: 01) Discussão sobre o Lixão de Paranaguá, conforme requerimento do deputado Ângelo Vanhoni; 02) Discussão sobre questões ambientais portuárias, referentes às atividades poluidoras nas Baías de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba; 03) Solicitação de acompanhamento técnico e jurídico na área ambiental. Após as discussões, o senhor presidente sugeriu aos membros o envio de correspondência oficial aos órgãos competentes do Estado, para que estes forneçam relatórios sobre os assuntos ora apresentados - Aprovados por unanimidade. 04) Projeto de Lei nº 254/2003 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes ou similares a recolhê-los dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. Parecer FAVORÁVEL da deputada Elza Correia - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) WALDIR LEITE - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do senhor deputado Waldir Leite e com a presença dos seguinte deputados: Nelson Justus, Elza Correia e Renato Gaúcho. O senhor presidente declara aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 498/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldir Leite - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciana Andretta, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) WALDIR LEITE - Presidente

Luciane Andretta - Secretaria

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Barbosa Neto e Nelson Tureck. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 405/2003 de autoria da senhora deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 02) Indicação Legislativa nº 111/2003 de autoria do senhor deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Miltinho Pupio - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DO MERCOSUL
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na cidade de San Pedro - Argentina a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representado pelo senhor deputado Hermes Fonseca. Com objetivo de assinar ato de irmandade entre a cidade paranaense de Cornélio Procopio e San Pedro, província de Buenos Aires, República Argentina, a presente solenidade transcorreu conforme documento anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Rodrigo Barbosa e Silva, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se na cidade de Santa Maria - Rio Grande do Sul a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representado pelos senhores deputados Fernando Ribas Carli e José Maria Ferreira. Com objetivo de participar como palestrantes do I Fórum de

Integração dos Legisladores Municipais do Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme documento anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Rodrigo Barbosa e Silva, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na cidade de Montevideu-Uruguaí a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representado pelos senhores deputados Fernando Ribas Carli e Hermes Fonseca. Com objetivo de participar do II Fórum do Corredor Bioceânico Central, a presente reunião transcorreu conforme programa anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Rodrigo Barbosa e Silva, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua oitava Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição 038/2003 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de setembro de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado Antonio Anibelli, relator da Proposição nº 038/2003, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de setembro de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Analisada a matéria, deliberou o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, uma vez que atendem à legislação em vigor, concluindo pelo parecer - favorável, sendo acompanhado em sua decisão por todos senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou

os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes, e, por mim secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretaria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua nona Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição 047/2003 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de outubro

de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado Carlos Simões, relator da Proposição nº 047/2003, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de outubro de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Examinada a matéria, concluiu o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, deliberando pelo parecer - favorável, sendo acompanhado em sua decisão por todos senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes, e, por mim secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretaria